

1. Documento: 35898-2019-440

1.1. Dados do Protocolo

Número: 35898/2019

Situação: Ativo

Tipo Documento: Pregão Eletrônico

Assunto: Licitação

Unidade Protocoladora: SAJ - SECAO DE APOIO JURIDICO

Data de Entrada: 24/10/2019

Localização Atual: SELC - SECRETARIA DE LICITACOES E CONTRATOS

Cadastrado pelo usuário: FRANCIAR

Data de Inclusão: 09/03/2021 12:43

Descrição: PE23/2019- Serviços continuados de limpeza, conservação, copeiragem e apoio operacional.

1.2. Dados do Documento

Número: 35898-2019-440

Nome: e-PAD 35.898-2020 - PJ - homologação parcial - Lotes 01 e 04 - terceirização.pdf

Incluído Por: ASSESSORIA JURIDICA DE LICITACOES E CONTRATOS

Cadastrado pelo Usuário: CRISTIBR

Data de Inclusão: 08/03/2021 12:35

Descrição: Parecer Jurídico

1.3. Assinaturas no documento

| Assinador/Autenticador | Tipo | Data |
|------------------------|---------------|------------------|
| CRISTIANO BARROS REIS | Login e Senha | 08/03/2021 12:35 |

Documento Gerado em 09/03/2021 17:21:25

As informações acima não garantem, por si, a validade da assinatura e a integridade do conteúdo dos documentos aqui relacionados. Para tanto, acesse a opção de Validação de Documentos no sistema e-PAD.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

e-PAD: 35.898/2019.

Ref.: Pregão Eletrônico n. 23/2019. Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, copeiragem e apoio operacional nas dependências do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, localizadas na Capital e no Interior do Estado de Minas Gerais, em modelo de contrato por desempenho/resultado, com fornecimento de uniformes, materiais de limpeza e equipamentos de proteção individual (EPIs).

Assunto: Recursos Administrativos hierárquicos interpostos pelas empresas *Santa Fé Serviços Eireli* e *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli* em face da decisão da Pregoeira que declarou vencedora do Lote 4 a empresa *Soluções Serviços Terceirizados*. **Ratificação da decisão.** Adjudicação. **Homologação do certame em relação aos Lotes 1 e 4.** **Parecer jurídico.**

Senhora Diretora-Geral,

A i. Pregoeira, Sra. Graziella Melgaço Pires Furtado de Mendonça, submete à douta apreciação superior a decisão (doc. n. 35898-2019-438 e 439) que ratifica aquela que declarou a empresa *Soluções Serviços Terceirizados Eireli* vencedora do Lote 4 do Pregão Eletrônico n. 23/2019, conforme resumo eletrônico da licitação e Ata da Sessão Pública do Pregão (doc. n. 35898-2019-228) e, por conseguinte, negou provimento aos Recursos Administrativos hierárquicos interpostos pela *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli* e pela *Santa Fé Serviços Eireli*, nos termos dos arts. 38, VI e VIII da Lei n. 8.666/1993; e 8º, IV a VI, 11, VII, XI, 26, 27, 30, XI do Decreto n. 5.450/2005.

Destarte, os autos vieram a esta Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos para emissão de parecer jurídico (art. 38, VI, Lei n. 8.666/1993; art. 30, IX, Decreto n. 5450/2005), de modo a instruí-los e a subsidiar a prolação de decisão pela digna autoridade superior, com adjudicação dos objetos licitados e homologação do certame (Lotes 1 e 4), pelos fundamentos aduzidos adiante.

1. RECURSO ADMINISTRATIVO HIERÁRQUICO INTERPOSTO PELA SANTA FÉ SERVIÇOS EIRELI.

1.1. Relatório.

Conforme se extrai da Ata da Sessão Pública do Pregão e do resumo eletrônico da licitação (doc. n. 35898-2019-432), a empresa *Soluções Serviços Terceirizados* foi declarada vencedora do Lote 4 do Pregão Eletrônico n. 23/2019 em 09/02/2021, pelo critério de menor preço, com o valor (ajustado)



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

de R\$ 10.787.738,04 (dez milhões, setecentos e oitenta e sete mil, setecentos e trinta e oito reais e quatro centavos).

Inconformada com essa decisão, a licitante *Santa Fé Serviços Eireli* interpôs Recurso Administrativo hierárquico em 18/02/2021, argumentando, em síntese, o equívoco da Administração em sua desclassificação no certame, em face da legalidade da utilização da Convenção Coletiva de Trabalho SINserHT/SINTAPPI como parâmetro para elaboração de sua proposta, visto que a atividade preponderante da Empresa relaciona-se com o fornecimento e gestão de recursos humanos (doc. n. 35898-2019-433).

Contrarrazões apresentadas pela licitante *Soluções Serviços Terceirizados EIRELI*, alegando, preliminarmente, que o Recurso impetrado não deveria ser recebido, porque a *Santa Fé Serviços Eireli* não manifestou em campo próprio a intenção de recorrer da decisão que declarou vencedora a Recorrida, além de a peça apresentada em 18/02/2021 ser intempestiva (doc. n. 35898-2019-435).

Protesta, ainda, que o inconformismo com a desclassificação da Recorrente já foi objeto de exame de Recurso Administrativo por este Órgão Jurídico, pelo que entende “[...] *que tal assunto encontra-se PRECLUSO por já haver decisão terminativa na esfera administrativa!*”.

Decisão da Pregoeira, propondo o conhecimento do Recurso interposto pela *Santa Fé Serviços Eireli* e, no mérito, a sua improcedência, com a manutenção da decisão que declarou a empresa *Soluções Serviços Terceirizados Eireli* vencedora do Lote n. 4; e requerendo a adjudicação do objeto licitado e a homologação do certame pela autoridade competente, por regulares os atos praticados, nos moldes do art. 27 do Decreto n. 5.450/2005 (doc. n. 35898-2019-438).

É o que cabia relatar.

1.2. Admissibilidade.

Conforme se extrai do resumo eletrônico da licitação, a empresa *Soluções Serviços Terceirizados* foi declarada vencedora do Lote n. 4 do Pregão Eletrônico n. 23/2019 em 09/02/2021, às 14h03, iniciando-se então o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para manifestação de intenção de recorrer (subitem 20.3 do Edital) (doc. n. 35898-2019-432). Considerando que em 10/02/2021, às 09h02, a *Santa Fé Serviços Eireli* manifestou a intenção de recorrer no *chat* de mensagens do Portal de Compras *licitacoes-e*, tem-se que ela é **tempestiva**.

Conquanto a Licitante não tenha utilizado o campo próprio do sistema para expressar a sua pretensão de insurgência, entende-se que o



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Recurso merece ser apreciado, em homenagem ao princípio do formalismo moderado, também chamado, por alguns autores, de princípio do informalismo ou princípio da obediência à forma e aos procedimentos.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro afirma que "[...] *informalismo não significa, nesse caso, ausência de forma; o processo administrativo é **formal** no sentido de que deve ser reduzido a escrito e conter documentado tudo o que ocorre no seu desenvolvimento; é informal no sentido de que não está sujeito a formas rígidas [...]*" (In *Direito administrativo*. São Paulo: Atlas, 2002. p. 512 – destacamos).

Com efeito, o objetivo principal do princípio do formalismo moderado é atuar em favor do administrado, o que significa dizer que "[...] *a Administração não poderá ater-se a rigorismos formais ao considerar as manifestações do administrado [...]*" (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *In Curso de direito administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2003, p. 464).

Nesse sentido, orienta o TCU no Acórdão n. 357/2015-Plenário:

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.

Constata-se, também, a **tempestividade** das razões recursais apresentadas em 18/02/2021, porquanto observado o prazo de 3 (três) dias previsto no subitem 20.3.1 do Edital, com fundamento no art. 26 do Decreto n. 5.450/2005.

Igualmente tempestivas, as contrarrazões foram apresentadas em 22/02/2021 (doc. n. 35898-2020-435), nos termos do art. 26 do Decreto n. 5.450/2005.

1.3. Mérito.

A Recorrente alega ser inoportuna e descabida a diligência realizada pela Pregoeira para averiguação da atividade preponderante da empresa, visando à análise da conformidade de sua proposta com o instrumento coletivo pertinente, visto "*que a principal atividade da empresa Recorrente, trata de atribuições relacionadas à FORNECIMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA TERCEIROS*" (doc. n. 35898-2019-433).

Explica que:



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Como a razão social da empresa e a própria atividade relaciona-se com a gestão de recursos humanos e trabalho temporário, não há de falar na aplicação do Convencionado pelo SEAC/MG. Esta convenção abrange apenas as empresas de asseio e conservação, o que evidentemente não é o caso.

A atividade da empresa SANTA FÉ tem por finalidade a gestão de recurso humanos em várias atividades, inclusive com administração de trabalhadores temporários. As demais atividades, ainda que haja contratação de funcionários da área de limpeza, são oriundas de contratos com esta finalidade.

A discussão relacionada ao número de funcionários, objeto da diligência realizada, é totalmente inoportuna. A empresa trabalha com contratos obtidos em licitações públicas, o número de funcionário oscilará de acordo com os contratos assinados, não tendo qualquer ligação com o conceito de atividade preponderante.

Cita precedente do Tribunal de Contas da União (TCU), entendendo que a definição de enquadramento sindical cabe às empresas, de modo que a Administração não possui ingerência quanto à convenção coletiva de trabalho (CCT) a ser adotada (Acórdão TCU n. 189/2011 – Plenário).

Recorda, também, a resposta da Administração ao Pedido de Esclarecimentos n. 2 ao Edital regente do certame, que informou ser possível a adoção de sindicato pertencente ao ramo de atividade da empresa, condicionada à apresentação do código CNAE da atividade preponderante desenvolvida. E, com base nessa assertiva, reputa que *“[...] a resposta realizada pelo pregoeiro tem caráter vinculante, caso seja modificado o entendimento agora, tem-se uma substancial alteração do Edital, capaz de alterar as propostas”*, podendo gerar, inclusive, *“[...] a nulidade do procedimento, com a necessária reabertura do intervalo mínimo”*.

Requer, por fim, o acolhimento e provimento do recurso administrativo, insistindo que seja declarada vencedora do certame, por entender pela legalidade da utilização da Convenção Coletiva de Trabalho SINSEHT/SINTAPPI como parâmetro de elaboração de sua proposta.

Pois bem.

Preliminarmente, com relação à admissibilidade do Recurso apresentado pela *Santa Fé Serviços Eireli*, a Pregoeira conheceu a peça, em atenção aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, porque *“[...] embora não tenha manifestado intenção de recorrer no campo próprio do sistema, o fez por meio do chat de mensagens do portal de compras, dentro do prazo de 24 horas previsto no edital, conforme exposto no item 2.1, acima (Admissibilidade)”* (doc. n. 35898-2019-438).

Observou que a desclassificação da Recorrente nunca foi alvo de recurso e, portanto, não há que se falar em rediscussão de matéria com



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

decisão terminativa no âmbito deste Regional, como aduzido pela *Soluções Serviços Terceirizados*.

Explicou o contexto em que a questão ora abordada pela *Santa Fé Serviços Eireli* (desclassificação em face da desconformidade de sua proposta com o instrumento coletivo pertinente) foi apreciada pela Administração:

Em 14/08/2020, Santa Fé foi declarada vencedora do Lote 4 do certame. Em seguida, aduzindo questões relativas ao enquadramento sindical daquela empresa, Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli apresentou recurso, o qual foi julgado parcialmente procedente, tendo a autoridade competente determinado o retorno dos autos à fase de julgamento da proposta, com a finalidade de se aprofundar a análise relativa à pertinência da utilização da CCT em que se baseou a proposta apresentada por Santa Fé.

Desta maneira, seguindo as orientações propostas pela autoridade competente deste Tribunal, a pregoeira realizou diligência, que culminou com a desclassificação de Santa Fé, a qual aguardou o momento oportuno (declaração de vencedor) para se insurgir contra a decisão da pregoeira.

Diante disso, a Pregoeira conheceu do Recurso, mas, no mérito, negou-lhe provimento, concluindo, em harmonia com o entendimento esposado no parecer jurídico exarado em 14/09/2020 (doc. n. 35898-2020-237), que “[...] a atividade preponderante não é determinada exclusivamente pela atividade principal constante do ato constitutivo da empresa, ou do CNPJ (Código CNAE), havendo outros elementos a serem considerados, como as atividades efetivamente desempenhadas pelos segurados empregados e trabalhadores avulsos”.

Consignou que a proposta ofertada pela Recorrente, com parâmetros na CCT SINSERHT/SINTAPPI, não foi acolhida, porque se apurou que a sua atividade preponderante relaciona-se, na verdade, às atividades de limpeza e conservação e não a serviços em recursos humanos (categoria representada pelo mencionado instrumento coletivo).

Por fim, no tocante à alegação de ingerência deste Tribunal sobre a CCT que deveria ser utilizada pelas licitantes, elucidou que o entendimento consolidado e indicado por ocasião da resposta ao citado Esclarecimento n. 2 do Edital se mantém, cabendo à empresa “[...] apresentar proposta com base em acordo coletivo celebrado por sindicato que representa as empresas pertencentes ao seu ramo de atividade, independente de ter sido este acordo utilizado com parâmetro para a estimativa dos preços da licitação, uma vez que, não deve a Administração Pública indicar no instrumento convocatório a Convenção Coletiva de Trabalho a ser utilizada pelas licitantes em suas propostas de preços”.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Examino.

De início, pontua-se que a matéria atinente à decisão guerreada (legalidade da elaboração da proposta da *Santa Fé Serviços Eireli* seguindo o documento laborar do sindicato ao qual está vinculada) já foi objeto de apreciação deste Órgão Jurídico, por ocasião da análise do Recurso Administrativo hierárquico interposto pela empresa *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli* em face da então adjudicação do objeto relativo ao Lote n. 4 à Recorrente, em 14/08/2020 (doc. n. 35898-2019-237).

Como se observa, naquela ocasião, esta Assessoria promoveu criteriosa análise acerca da possibilidade de a *Santa Fé Serviços Eireli* utilizar a Convenção Coletiva de Trabalho SINERHT/SINTAPPI como parâmetro para elaboração de sua proposta, em face de eventual irregularidade quanto ao enquadramento sindical, no tocante à delimitação da atividade econômica preponderante da Empresa (compreendida como aquela que comporta número mais expressivo de empregados numa determinada atividade).

Considerando que a fundamentação exposta no citado parecer jurídico é suficiente para compreensão das razões de decidir, *in casu*, pede-se vênia para abarcar os argumentos alinhavados no mérito daquele Recurso, que abordou a matéria que seria objeto deste parecer e não merece qualquer reparo (doc. n. 35898-2019-237):

De início, é preciso mencionar que o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Minas Gerais (SEAC/MG) notificou extrajudicialmente este Regional em 20/07/2020, alegando a indispensabilidade de se observar, nas contratações de serviços continuados (sobretudo no âmbito do Pregão Eletrônico n. 23/2019), a Convenção Coletiva de Trabalho celebrada entre o SEAC/MG e as entidades sindicais laborais, bem assim afirmando que (doc. n. 18144-2020-1 e 2):

[...] algumas empresas, certamente com o indisfarçável intuito de obterem vantagem indevida em procedimentos licitatórios, têm se utilizado de instrumentos coletivos firmados entre os Sindicatos das Empresas de Prestação de Serviços em Recursos Humanos e Trabalho Temporário no Estado de Minas Gerais – SINERHT-MG e o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Pesquisas, Perícias, Informações e Congêneres de Minas Gerais – SINTAPPI-MG, não obstante serem estes inaplicáveis, salvo em se tratando de contratação de mão de obra temporária, o que não é o presente caso.

A matéria foi submetida à análise deste Órgão Jurídico, o qual, naquela ocasião, emitiu parecer (doc. n. 18144-2020-28) consignando que não devia a Administração Pública indicar, no instrumento convocatório, a Convenção Coletiva de Trabalho a ser utilizada pelas licitantes em suas propostas de preços e que constituiria parâmetro para a execução contratual e repactuações.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Frisou-se, portanto, que caberia à licitante, quando da apresentação da proposta, indicar a Convenção Coletiva de Trabalho relativa ao seu vínculo sindical, uma vez que o enquadramento sindical toma por base a atividade econômica do empregador, bem como a localização territorial da prestação dos serviços.

Fundamentou-se o entendimento no Acórdão n. 1.097/2019 do C. TCU (Plenário), segundo o qual a CCT apresentada pela licitante não precisa necessariamente estar em consonância com o objeto da licitação e nem com a categoria de trabalhadores envolvida na prestação dos serviços, mas, sim, com a atividade preponderante da empresa.

Concluiu-se que seria, de fato, indevido a este Regional delimitar, em seus procedimentos licitatórios, que somente seriam tidas por válidas propostas que tomassem por base salários e benefícios previstos em instrumentos coletivos de trabalho celebrados entre SEAC/MG e o Sindicato laboral da categoria.

Como se vê, o exame tecido naquele parecer jurídico foi específico para aquele momento e, por certo, não poderia ter contemplado análise para a nova situação que se apresenta.

Com efeito, a questão que agora emerge é a necessidade de averiguar se a empresa Santa Fé Serviços Eireli, declarada vencedora do Lote 4 do certame, fazendo uso da possibilidade de elaborar sua planilha seguindo o documento laboral do sindicato ao qual está vinculada (de acordo com o seu enquadramento sindical, que podia não ser o mesmo utilizado pela Administração), poderia ou não ter se pautado pela Convenção Coletiva de Trabalho 2019/2020 celebrada entre o Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Pesquisas, Perícias, Informações e Congêneres de Minas Gerais (SINTAPPI-MG) e o Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços em Recursos Humanos e Trabalho Temporário no Estado de Minas Gerais (SINSERHT-MG) (doc. n. 35898-2019-168).

Nesse sentido, veja-se o que constou do referido parecer jurídico (doc. n. 18144-2020-28):

A Pregoeira poderá valer-se, desse modo, de diligências que reputar adequadas de modo a verificar se a CCT apresentada pela Empresa arrematante é a adequada em face da sua atividade preponderante, utilizando-se para tanto, em sendo o caso, de colheita de declarações do Sindicato, CNPJ da Empresa, e de exame acurado da matéria.

Diante disso, o Edital regente deste certame não vinculou o uso de norma coletiva específica, sendo agora cabível a verificação da aplicabilidade da CCT apresentada pela Licitante.

Uma vez delimitada a matéria que será objeto da presente análise, imperioso frisar o que dispõe a CLT sobre enquadramento sindical:

Art. 511. É lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais de todos os que, como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos ou



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

profissionais liberais exerçam, respectivamente, a mesma atividade ou profissão ou atividades ou profissões similares ou conexas.

§ 1º A solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas, constitui o vínculo social básico que se denomina categoria econômica.

§ 2º A similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas, compõe a expressão social elementar compreendida como categoria profissional.

[...]

Art. 581. [...]

§1º Quando a empresa realizar diversas atividades econômicas, sem que nenhuma delas seja preponderante, cada uma dessas atividades será incorporada à respectiva categoria econômica, sendo a contribuição sindical devida à entidade sindical representativa da mesma categoria, procedendo-se, em relação às correspondentes sucursais, agências ou filiais, na forma do presente artigo.

§2º Entende-se por atividade preponderante a que caracterizar a unidade de produto, operação ou objetivo final, para cuja obtenção todas as demais atividades convirjam, exclusivamente em regime de conexão funcional.

No mencionado Acórdão n. 1.097/2019, o C. TCU bem explicitou que:

23. Embora a matéria possa ser objeto de alguma controvérsia ou até mesmo de certa confusão por parte de compradores públicos, o enquadramento sindical no Brasil é matéria de ordem pública e decorre de previsão legal, sendo definido, via de regra, pela atividade econômica preponderante do empregador e não em função da atividade desenvolvida pelo empregado, nos termos dos normativos acima citados e do § 2º do art. 511 da CLT [...].

24. A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho vai na linha de que o enquadramento sindical do trabalhador é definido pela atividade econômica preponderante do empregador. Veja-se, para ilustrar, a ementa a seguir do julgado no AIRR - 11390-49.2016.5.15.0038, Relator Ministro: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Data de Julgamento: 3/4/2019, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 05/04/2019 (destaquei):

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40 DO TST - ENQUADRAMENTO SINDICAL - ATIVIDADE PREPONDERANTE DA EMPRESA. Nos termos do art. 511, § 1º, da CLT, o enquadramento sindical do empregado, no Direito do Trabalho brasileiro, é realizado em função da atividade econômica preponderante do empregador, tendo em vista a base territorial da prestação dos serviços. No caso, o Tribunal de origem verificou que a reclamada não é entidade beneficente ou filantrópica, sendo inaplicáveis as normas coletivas indicadas pela autora. Agravo de instrumento desprovido.

[...]

27. Assim, como já dito acima, o enquadramento sindical de uma empresa, mesmo para aquelas que prestam serviços diversos mediante cessão da mão de obra, é definido por sua atividade econômica



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

preponderante e não para cada uma das categorias profissionais empregadas na prestação de serviços”. (grifamos)

Isto posto, cumpre então perquirir qual é a atividade econômica preponderante da empresa Santa Fé Serviços Eireli, a fim de constatar se sua proposta poderia, de fato, ter se pautado pelo instrumento coletivo firmado pelo SINSEHT-MG.

Para tanto, cumpre registrar que a Recorrida mantém com este Regional os seguintes ajustes:

- Contrato n. 14SR021: firmado em 14/11/2014, objetivando a “prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e copeiragem, com fornecimento de materiais, nas dependências de prédios que abrigam órgãos do CONTRATANTE em Belo Horizonte e nas regiões do Jequitinhonha, do Vale do Rio Doce e do Campo das Vertentes, no interior do Estado de Minas Gerais, de acordo com especificações, atribuições, quantitativos, locais, jornadas de trabalho e horários de trabalho indicados neste contrato e no Termo de Referência, relativo ao Pregão Eletrônico 45/2013” (Cláusula Primeira). Por meio do 24º Termo Aditivo, foi pactuada a prorrogação excepcional da vigência contratual (art. 57, §4º, Lei n. 8.666/1993) até 13/11/2020 ou até o dia imediatamente anterior ao início da prestação de serviços pela empresa contratada em decorrência deste Pregão Eletrônico n. 23/2019, a depender do que ocorrer primeiro; e

- Contrato n. 15SR017: firmado em 01/07/2015, objetivando a “prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e copeiragem, com fornecimento de materiais nas dependências de prédios que abrigam órgãos do CONTRATANTE nas regiões do Sul de Minas e da Zona da Mata, no interior do Estado de Minas Gerais, de acordo com especificações, atribuições, quantitativos, locais, jornadas de trabalho e horários de trabalho indicados neste contrato e no Termo de Referência, relativo ao Pregão Eletrônico 45/2013” (Cláusula Primeira). Por meio do 18º Termo Aditivo, foi pactuada a prorrogação excepcional da vigência contratual (art. 57, §4º, Lei n. 8.666/1993) até 13/11/2020 ou até o dia imediatamente anterior ao início da prestação de serviços pela empresa contratada em decorrência deste Pregão Eletrônico n. 23/2019, a depender do que ocorrer primeiro.

E, conforme documento apresentado pela Empresa, por ocasião da celebração do 24º Termo Aditivo ao Contrato n. 14SR021 (em 28/10/2019), verifica-se que seu objeto social era o seguinte (doc. n. 30885-2019-25):

11ª (Décima Primeira) ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL -“SANTA FÉ SERVIÇOS EIRELI”

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO: Prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização e controle de pragas urbanas, compreendendo a desinsetização, desratização e lavagem e higienização de reservatórios de água e esgoto, portaria, recepção, vigia, continuo, copeiras, motorista, ascensorista, manobrista, apoio administrativo, serviços de apoio a secretaria, atendente, trabalhador



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

braçal, auxiliar administrativo, limpeza e desinfecção hospitalar, jardinagem, manutenção predial.

Constata-se, também, que, recentemente, em 15/04/2020, a Santa Fé firmou com este Regional o 26º Termo Aditivo ao Contrato n. 14SR021, para fins de repactuação dos valores contratados, relativamente às localidades de Aimorés, Araçuaí, Belo Horizonte, Betim, Caratinga, Cel. Fabriciano, Contagem, Guanhães, Manhuaçu, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Sabará, São João Del Rei e Santa Luzia. E, na ocasião, fundamentou sua solicitação com base nos seguintes instrumentos coletivos:

(1º) CCT - MG000216/2020, firmada entre: Federação Emp. Turismo e Hospitalidade do Estado de Minas Gerais e Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Minas Gerais (doc. n. 4846-2020-4);

(2º) CCT - MG000221/2020, firmada entre: Sindicato dos Empregados em Edifícios e Condomínios, em Empresas de Prestação de Serviço em Asseio, Conservação, Hig., Desins., Portaria, Vigia e Cabineiros de Belo Horizonte e Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Minas Gerais (doc. n. 4846-2020-5);

(3º) CCT - MG000224/2020, firmada entre: Federação Emp. Turismo e Hospitalidade do Estado de Minas Gerais e Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Minas Gerais (doc. n. 4846-2020-6);

(4º) CCT - MG000258/2020, firmada entre: Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação e Limpeza Urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte e Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Minas Gerais (doc. n. 4846-2020-7);

(5º) CCT - MG000384/2020, firmada entre: Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio e Conservação de Juiz de Fora MG e Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Minas Gerais (doc. n. 4846-2020-8).

Como se vê, todos os instrumentos apresentados foram firmados com o SEAC/MG. Além disso, por ocasião dessa recente repactuação, a Empresa anexou documento relativo ao Fator Acidentário de Prevenção - FAP, onde consta: "Atividade econômica do estabelecimento (Subclasse da CNAE - 2.0): LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS (81.21-4/00)".

Pois bem.

Paralelamente a isso, este Regional publicou o Edital do Pregão Eletrônico n. 23/2019, inicialmente, em 25/10/2019 (doc. n. 35898-2019-4), embora a sessão tenha sido suspensa sine die (doc. n. 35898-2019-20).

Adiante, houve novo adiamento da sessão pública do Pregão (doc. n. 35898-2019-115) em razão da impugnação apresentada pela



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli (doc. n. 35898-2019-110/114).

E, somente em 08/05/2020 foi publicado novo Aviso de Licitação no Diário Oficial da União, designando o dia 09/06/2020 para a abertura das propostas do Pregão Eletrônico n. 23/2019 (doc. n. 35898-2019-130).

É válido observar que a empresa Santa Fé Serviços Eireli, justamente em 08/05/2010 (data em que foi publicado o Aviso de Licitação no Diário Oficial da União), registrou na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais a alteração de sua atividade econômica, correspondente à “12ª Alteração de Contrato Social”, passando então a ostentar o seguinte objeto (doc. n. 35898-2019-169, p. 4):

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO: Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros, prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização e controle de pragas urbanas, compreendendo a desinsetização, desratização e lavagem e higienização de reservatórios de água e esgoto, portaria, recepção, vigia, continuo, copeiras, motorista, ascensorista, manobrista, apoio administrativo, serviços de apoio a secretaria, atendente, trabalhador braçal e auxiliar administrativo, limpeza e desinfecção hospitalar, jardinagem e manutenção predial.

A Santa Fé Serviços Eireli também apresentou, no presente certame, a sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), indicando que sua atividade econômica principal agora é “Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros - CNAE 78.30-2-00”, compatível assim com o que consta dessa última alteração de seu ato constitutivo. Além disso, a Empresa encaminhou GFIP com a finalidade de confirmar o percentual da FAP, onde consta que sua atividade preponderante é a mencionada: CNAE 7830200 (doc. n. 35898-2019-168).

Sabe-se que a atividade preponderante é caracterizada pelo produto ou objetivo final, para cuja obtenção são realizadas todas as outras atividades e não necessariamente pelo objetivo formalmente indicado à Junta Comercial ou no cadastro da Receita Federal, por exemplo.

Em outras palavras, não importa, para fins de enquadramento sindical, o CNAE principal cadastrado perante a Receita Federal ou outro órgão público, sendo a realidade fática o que conta para fins de enquadramento sindical, isto é, a realidade deve sobrepor-se à formalidade cadastral sobretudo porque o enquadramento sindical é de responsabilidade da própria empresa.

Nesse sentido, assim constou do parecer jurídico lançado no processo e-PAD n. 18.144/2020 (doc. n. 18144-2020-28, p. 26):

Nada obstante, a utilização das Convenções Coletivas vinculadas ao SINSERTH/MG – SINTAPPI/MG deverá ser analisada, inicialmente, pela Sra. Pregoeira, na linha da resposta à impugnação citada no caso: Além disso, não há falar que o enquadramento sindical será aferido apenas a partir da apresentação de documento que comprove o código CNAE da atividade econômica principal da empresa. Esclarece-se que esse



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

documento servirá mesmo para subsidiar a análise quando da apresentação da proposta pelo licitante e poderá carecer de outras verificações que porventura se fizerem necessárias” (doc. n. 18144-2020-9).

De acordo com o conceito definido na Instrução Normativa RFB n. 1.453/2014, considera-se preponderante a atividade econômica que ocupa, no estabelecimento, o maior número de segurados empregados e trabalhadores avulsos, observado que na ocorrência de mesmo número de segurados empregados e trabalhadores avulsos em atividades econômicas distintas, será considerada como preponderante aquela que corresponder ao maior grau de risco. Portanto, o que vale para definir a atividade preponderante é o número de empregados numa determinada atividade.

Além disso, é válido observar que foi publicada a Solução de Consulta RFB n. 4.032/2019, a qual informa que a atividade econômica principal da empresa não se confunde com a atividade preponderante do estabelecimento (matriz ou filial). A atividade econômica principal é aquela que define o código CNAE principal a ser informado no momento do cadastro do CNPJ. Já a atividade preponderante é aquela utilizada para se determinar o grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho (GILRAT/SAT). A Solução ressalta que se deve observar efetivamente quais as atividades desempenhadas pelos segurados empregados e trabalhadores avulsos, independentemente do objeto social da pessoa jurídica ou das atividades descritas em sua inscrição no CNPJ (art. 72, § 1º, da IN RFB n. 971, de 2009). Enfatiza, também, que é de responsabilidade da empresa realizar mensalmente o enquadramento do estabelecimento no correspondente grau de risco, conforme a sua atividade econômica preponderante. E as atividades-meio, que são desempenhadas por segurados que prestam serviços, deverão ser também consideradas na apuração do grau de risco. A referida solução está vinculada à Solução de Consulta COSIT n. 90, de 14 de junho de 2016.

Para complementar, tem-se ainda a definição legal constante do art. 581, §2º da CLT, acima transcrito: “§ 2º Entende-se por atividade preponderante a que caracterizar a unidade de produto, operação ou objetivo final, para cuja obtenção todas as demais atividades convirjam, exclusivamente em regime de conexão funcional”.

Por oportuno, veja-se julgado do C. Tribunal Superior do Trabalho destacando a aplicação do princípio da primazia da realidade:

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - NÃO OCORRÊNCIA. [...] ENQUADRAMENTO SINDICAL - ATIVIDADE PREPONDERANTE - FINANCIÁRIO - FRAUDE TRABALHISTA - REVOLVIMENTO DOS FATOS E PROVAS. 1. Configura fraude trabalhista a contratação de mão de obra por empresa meramente interposta para o desenvolvimento das atividades-fim do tomador. Nesse exato sentido é a Súmula nº 331, I, do TST. 2. Os atos praticados com o objetivo de impedir a aplicação da legislação trabalhista são considerados nulos de pleno direito. No Direito do Trabalho vigora o



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

princípio da primazia da realidade. 3. O Tribunal Regional, com base nos fatos e provas da causa, constatou que houve fraude trabalhista; que a autora desempenhou atividades típicas financeiras, sendo esta a atividade preponderante do tomador dos serviços, devendo ser reconhecido o enquadramento da autora como financeira. 4. É inadmissível recurso de revista em que, para se chegar à conclusão pretendida pelas recorrentes, seja imprescindível o reexame do arcabouço fático-probatório. Incide a Súmula n. 126 do TST. Agravo desprovido (TST - Ag-AIRR: 2147005520085170151, Relator: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Data de Julgamento: 23/05/2018, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 25/05/2018).

Diante de todo o exposto e data venia do entendimento explicitado pela i. Pregoeira (doc. 35898-2019-235), parece-nos que não emergem dos autos provas capazes de comprovar que a atividade preponderante da empresa Santa Fé Serviços Eireli seja, agora, o “Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros” e não mais “Limpeza em prédios e em domicílios” (doc. n. 4846-2020-10).

É certo que a Recorrida poderia ter se desincumbido de tal ônus apresentando, entre outras eventuais provas possíveis, a mencionada pela própria Recorrente em sua petição (CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), mas assim não o fez.

Nesse sentido, veja-se:

EMENTA: AÇÃO DECLARATÓRIA. REPRESENTAÇÃO SINDICAL. AUSÊNCIA DE PROVA DE ATIVIDADE PREPONDERANTE. Não existindo provas, nos autos, de que a empresa atua, preponderantemente, como administradora de cartão de crédito, não há como ser considerada a representatividade daqueles, pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Periciais, Pesquisas e Informações no Estado de Pernambuco – SINTAPPI/PE. Ademais, mesmo que existissem elementos a embasar a tese da recorrente, sua condição seria de instituição financeira, de acordo com o artigo 17, da Lei n. 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e, portanto, os seus empregados bancários. De outro norte, nas hipóteses de terceirizações lícitas, “somente pode ser organização sindical efetivamente representativa da categoria profissional do trabalhador terceirizado aquela entidade sindical que represente, também hegemonicamente, os trabalhadores da empresa tomadora de serviços do obreiro! Toda a formação profissional, seus interesses profissionais, materiais e culturais, toda a vinculação laborativa essencial do trabalhador terceirizado, tudo se encontra direcionado à empresa tomadora de serviços, e não à mera intermediária de mão-de-obra. A real categoria profissional desse obreiro é aquela em que ele efetivamente se integra em seu cotidiano de labor” (Maurício Godinho Delgado) (Proc. N. TRT-01470-2008- 022-06-00-0 RO, 2ª Turma – TRT 6ª Região).

Além de não ter sido comprovada a atividade preponderante, os elementos dos autos evidenciam que a Empresa promoveu alteração social depois de já publicado, pela primeira vez, o Edital. E, ainda que assim não fosse, contratada que é deste Regional, inclusive em prorrogação excepcional, tinha ciência de que nova licitação seria realizada. Mas essa é outra questão que, no momento, não merecerá detida análise.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Oportuno mencionar que, nas contrarrazões e na manifestação apresentadas pela Recorrida, não se vislumbra argumento que possa, por ora, afastar as conclusões firmadas neste parecer.

Aliás, a própria Santa Fé Serviços Eireli traz, em suas contrarrazões, julgado em que se reconheceu ausência de provas quanto à atividade preponderante da empresa:

O sindicato-autor representa a categoria econômica das empresas de asseio, conservação e outros serviços terceirizados do Estado de Minas Gerais, conforme consta no seu estatuto social (ID. 3c82ebe) e no CNES (ID. 947º2ae). Já o SINSERTH, representa as empresas de prestação de serviços em recursos humanos e trabalho temporário (ID. 44ea15b). A meu ver, não há suficiente embasamento no feito para concluir, de forma objetiva e estreme de dúvidas, que o objeto preponderante ou principal da 1ª ré, na forma do seu contrato social, contempla atividade de asseio ou conservação. Acórdão 0010927-2017.5.03.0139 (ROT).

De todo modo, é bem de ver que eventual irregularidade quanto ao enquadramento sindical da empresa Santa Fé Serviços Eireli afetará diversos trabalhadores terceirizados, que buscarão a Justiça do Trabalho com o objetivo de garantir seus devidos direitos. E a decisão do Judiciário, de conseguinte, resvalaria no contrato firmado por este Tribunal, que poderia ser responsabilizado subsidiariamente pelos encargos trabalhistas, conforme exposto na Súmula n. 331, IV e V do C. Tribunal Superior do Trabalho:

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011

I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974).

II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).

III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Neste ponto, relevante observar que os dois Acórdãos mencionados pela i. Pregoeira não socorrem a Recorrida, porquanto não se está a propor o afastamento da imperatividade de instrumentos coletivos (Acórdão TRT-00157-2010-012-03-00-9-RO), tampouco a sujeitar o enquadramento sindical à vontade das partes (Acórdão TRT-00320-2013-137-03-00-0-RO), mas de reconhecer que a “atividade preponderante” é matéria fática, que depende de prova nos autos por todos os meios possíveis.

Doutro tanto, na esteira do que fora apontado pela i. Pregoeira, observa-se que a CCT apresentada pela Recorrida, no Parágrafo Único da Cláusula Trigésima, versa o seguinte (doc. n. 35898-2019-168):

DISPOSIÇÕES GERAIS

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ABRANGÊNCIA DA CONVENÇÃO

Fica garantida a representação profissional do SINTAPPI/MG, excluídos os profissionais liberais que optarem pelos seus respectivos Sindicatos.

Para os trabalhadores temporários contratados nos termos da Lei nº 6.019/74 e 13.429/17, para prestarem serviço sem empresas tomadoras ou clientes serão cumpridos os instrumentos normativos próprios das referidas empresas tomadoras.

Parágrafo Único: Esta convenção coletiva de trabalho se aplica às empresas de prestação de serviços terceirizados de acordo com a Lei 13.467/17 bem como aos trabalhadores por ela contratados para prestar serviços a terceiros.

Ao buscar as Leis n. 6.019/1974 e n. 13.429/2017, verifica-se que estas dispõem sobre “o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros”. Inclusive, no art. 10º, § 1º da Lei n. 6.019/1974, temos o seguinte:

Art. 10. Qualquer que seja o ramo da empresa tomadora de serviços, não existe vínculo de emprego entre ela e os trabalhadores contratados pelas empresas de trabalho temporário.

§ 1º O contrato de trabalho temporário, com relação ao mesmo empregador, não poderá exceder ao prazo de cento e oitenta dias, consecutivos ou não.

Registre-se, então, que a redação do Parágrafo Único da Cláusula Trigésima em nada altera o que fora exposto até agora, porquanto é nítido que os “trabalhadores terceirizados” em questão são os temporários e que “serviços a terceiros” também diz respeito a serviços temporários, conforme explicitado no próprio caput.

Com isso, quer-se frisar que há duas maneiras de se contratar: diretamente ou de forma terceirizada. É possível contratar alguém, diretamente, para atividade de recursos humanos ou de conservação, por exemplo; assim como é possível contratar terceirizados para exercer ambas as atividades também (recursos humanos e conservação). Logo, o serviço de mão de obra sob a forma terceirizada pode ser prestado de várias maneiras (recursos



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

humanos, conservação e limpeza, vigilantes etc.). A questão é: se uma empresa se especializa no fornecimento de mão de obra terceirizada de “conservação” e existe um sindicato dos trabalhadores “em conservação”, é essa Convenção de “conservação” que será aplicada.

Então, quando a CCT (acima transcrita) diz que o serviço é terceirizado, é porque a empresa não está contratando diretamente, isto é, não está contratando alguém para prestar serviços para ela, mas para prestar serviços a terceiros. E, desse modo, é óbvio que a Convenção se aplica a terceirizados na forma da Lei da Reforma Trabalhista (Lei n. 13.467/2017).

Em suas contrarrazões, a Recorrida afirma que, levando “em consideração que a atividade preponderante da empresa Santa Fé é fornecimento de recursos humanos para terceiros, tem-se que é devida sua filiação ao SINSERTH” (doc. n. 35898-2019-230, p. 8). Esclareça-se, no entanto, que “fornecimento de recursos humanos para terceiros” é objeto de qualquer terceirização (fornecer mão de obra para terceiros, seja de trabalho temporário ou de conservação, por ex), ao passo que fornecer “prestação de serviços em recursos humanos” especifica o tipo de mão de obra terceirizada.

Em sua petição, a Recorrente inclusive destacou, quanto ao ponto: “a Recorrida quer que Vossa Senhoria confunda prestação de serviços em recursos humanos, que é categoria representada pelo SINSERTH, com o fornecimento de recursos humanos, ou fornecimento de mão de obra. Ora, a prestação de serviços em recursos humanos se refere à atividade econômica relativa à seleção e gerenciamento de mão de obra, locação de mão de obra temporária e gestão de recursos humanos para terceiros, atividades correspondentes aos CNAEs 781/782 e 783. Prestação de serviços de recursos humanos não é fornecer mão de obra terceirizada. Assim, deve ser descartada a argumentação da Recorrida nesse sentido, não passando de pueril jogo de palavras” (doc. n. 35898-2019-231, p. 11).

Com base na Cláusula 26ª da CCT firmada pelo SINSERTH, a Santa Fé Serviços Eireli concluiu que: “as empresas a ele filiadas estão aptas a fornecerem qualquer tipo de recursos humanos para terceiros, exatamente como previu o edital publicado pelo TRT3, que em inúmeros trechos clarifica que a licitação se destina a contratação de recursos humanos” (doc. n. 35898-2019-230, p. 11).

No entanto, não é válida tal conclusão. Como ensina Maurício Godinho Delgado, “os trabalhadores terceirizados não constituem, do ponto de vista real e sob a perspectiva jurídica, uma categoria profissional efetiva, uma vez que não apresentam, regra geral, similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas, (compondo) a expressão social elementar compreendida como categoria profissional (art. 511, §2º, CLT)”. Desse modo, não há um sindicato para representar todos os terceirizados. Pode-se entender que eles



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

devem ser representados pelo sindicato profissional referente à atividade que a sua tomadora de serviços exerce ou pelo sindicato representativo da sua profissão diferenciada, se for o caso, sob pena de violação do princípio da isonomia.

[...]

(destaques originais suprimidos)

Nesse sentido, a Pregoeira agiu com as cautelas de estilo e efetuou diligências para apurar a verdade material dos fatos (doc. n. 35898-2019-242 a 260), com relação ao número de trabalhadores dedicados a cada atividade prestada pela Recorrente, concluindo pela sua desclassificação, sob a justificativa de que “[...] o acordo coletivo no qual Santa Fé Serviços Eireli embasou sua proposta, firmado entre o SINSEHT e o SINTAPPI, não é adequado, haja vista que tal convenção se aplica a empresas de prestação de serviços humanos e trabalho temporário e, por meio da diligência realizada pela pregoeira, restou comprovado que a empresa, em sua realidade fática, possui atividade preponderante diferente, relacionada ao ramo de conservação e limpeza” (grifamos - vide chat de mensagens do Portal de Compras do sistema licitacoes-e – doc. n. 35898-2019-432).

Vê-se que a matéria atinente à decisão recorrida já foi suficientemente examinada, não trazendo a Empresa, no presente recurso, argumentação capaz de modificar o que já decidido.

E quanto à alegada alteração de entendimento exposto na resposta da Administração ao Pedido de Esclarecimento n. 2 do Edital, reputa-se incorreta a análise da questão promovida pela Pregoeira (doc. n. 35898-2019-438), pelo que se pede vênha para adotar os bem lançados fundamentos, no particular.

Por fim, oportuno reforçar que o adequado enquadramento sindical das empresas prestadoras de serviços a este Tribunal relaciona-se diretamente aos direitos dos trabalhadores terceirizados contemplados no instrumento coletivo pertinente, atraindo eventual responsabilidade subsidiária da Administração pelos encargos trabalhistas, conforme disciplinado na Súmula n. 331, IV e V do C. Tribunal Superior do Trabalho.

Diante disso e sendo desnecessário o julgador analisar e rebater todas as alegações da parte ou fundamentos sobre os quais construiu suas razões recursais, conclui-se que a insurgência da *Santa Fé Serviços Eireli* não merece amparo.

1.4. Conclusão.

À vista do exposto, submeto os autos à consideração de V. S^a, propondo o seu encaminhamento ao Exmo. Desembargador Presidente deste Regional, para análise da conveniência e oportunidade de ratificar a decisão



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

da Pregoeira, que conheceu e negou provimento ao Recurso interposto pela empresa *Santa Fé Serviços Eireli*; e adjudicar o objeto do Lote n. 4 do Pregão Eletrônico n. 23/2019 à empresa *Soluções Serviços Terceirizados*, pelo valor de R\$ 10.787,738,04 (dez milhões, setecentos e oitenta e sete mil, setecentos e trinta e oito reais e quatro centavos).

2. RECURSO ADMINISTRATIVO HIERÁRQUICO - CONSERVADORA CAMPOS E SERVIÇOS GERAIS EIRELI.

2.1. Relatório.

Conforme se extrai da Ata da Sessão Pública do Pregão e do resumo eletrônico da licitação (doc. n. 35898-2019-432), a empresa *Soluções Serviços Terceirizados Eireli* foi declarada vencedora do Lote n. 4 do Pregão Eletrônico n. 23/2019 em 09/02/2021, pelo critério de menor preço, com o valor (negociado) de R\$ 10.787.738,04 (dez milhões, setecentos e oitenta e sete mil, setecentos e trinta e oito reais e quatro centavos).

Inconformada com essa decisão, a licitante *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli* interpôs Recurso Administrativo hierárquico em 18/02/2021, alegando que a proposta vencedora *“não cotou a contribuição do empregador para o INSS referente ao adicional de insalubridade devido aos trabalhadores do cargo de servente de limpeza – violando o art. 57, §6º, da Lei 8.213/91”* e *“cotou a taxa administrativa em valor correspondente a 22,666% do orçado por essa Administração e margem de lucro equivalente a 10,157% do orçado pelo Poder Público”* (doc. n. 35898-2019-434).

Contrarrazões ofertadas pela Recorrida, *Soluções Serviços Terceirizados Eireli*, suscitando a intempestividade do Recurso e alegando, quanto ao mérito, que *“não se pode confundir o pagamento do adicional do pagamento de insalubridade com a caracterização da aposentaria especial”* e que *“nem de longe os colaboradores que serão alocados (seja desta Recorrida) ou de qualquer outra empresa que seguiu todas as exigências editalícias, deveriam apresentar valores para o custeio da aposentadoria especial”* (doc. n. 35898-2019-435).

Comunicação Interna n. SEAA/237/2020, por meio da qual Secretaria de Apoio Administrativo (unidade demandante da contratação) se manifesta quanto ao Recurso apresentado pela *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli* (doc. n. 35898-2019-232).

Decisão da Pregoeira, propondo o conhecimento do Recurso interposto pela *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli* e, no mérito, a sua improcedência, com a manutenção da decisão que declarou a empresa *Soluções Serviços Terceirizados Eireli* vencedora do Lote n. 4; e requerendo a adjudicação do objeto licitado e a homologação do certame pela autoridade competente, por regulares os atos praticados, nos moldes do art. 27 do



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Decreto n. 5.450/2005, com posterior devolução dos autos à SELC para as providências cabíveis (doc. n. 35898-2019-438).

É o que cabia relatar.

2.2. Admissibilidade.

Conforme se extrai do resumo eletrônico da licitação (doc. n. 35898-2019-432, p. 81), a empresa *Soluções Serviços Terceirizados Eireli* foi declarada vencedora do Lote n. 4 do certame no dia 09/02/2021, às 14h03, iniciando-se então o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para manifestação de intenção de recorrer (subitem 20.3 do Edital¹).

Destarte, considerando que a *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli* manifestou a intenção de recorrer ainda em 09/02/2021, às 14h14, tem-se que ela é **tempestiva** (doc. n. 35898-2019-432, p. 81).

Na ocasião, a Pregoeira esclareceu que nos dias 15, 16 e 17/02/2021 não haveria expediente neste Órgão em face do feriado de Carnaval, de modo que o prazo para apresentação das razões recursais terminaria em 18/02/2021 (doc. n. 35898-2019-432, p. 81).

Diante disso, constata-se, também, a **tempestividade** das razões apresentadas em 18/02/2021 (doc. n. 35898-2019-434), porquanto observado o prazo de 3 (três) dias previsto no subitem 20.3.1 do Edital, com fundamento no art. 26 do Decreto n. 5.450/2005.

A Pregoeira também explicitou no *chat* que o prazo para apresentação de contrarrazões teria início, de forma automática, no dia 19/02/2021 e término no dia 22/02/2021 (doc. n. 35898-2019-432, p. 81).

Sendo assim, são igualmente tempestivas as contrarrazões apresentadas pela Recorrida *Soluções Serviços Terceirizados Eireli* em 22/02/2021, nos termos do art. 26 do Decreto n. 5.450/2005 (doc. n. 35898-2019-435).

2.3. Mérito.

A Recorrente destaca que manifestou sua intenção de recorrer “em função da proposta/planilha não constar o ‘financiamento da aposentadoria especial’ para colaboradores com direito de Adicional de Insalubridade, conforme determinado na Lei 8.213/91, art. 57, §6º” (doc. n. 35898-2019-434).

¹ Disponível em: < <https://portal.trt3.jus.br/internet/transparencia/licitacoes-e-contratos/licitacoes/licitacoes-a-partir-de-2018/pe-23-2019/edital.pdf>>.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Aduz que o instrumento convocatório prevê o pagamento de adicional de insalubridade para os trabalhadores terceirizados contratados para os postos de serventes de limpeza, seja no patamar de 20% ou 40%, a depender de suas atribuições, conforme se verifica pelos subitens 1.3, 1.5 e 5.1 do Anexo II do Edital (Termo de Referência).

Assevera que *“o valor pago a título de adicional de insalubridade integra a base de cálculo da contribuição previdenciária tanto patronal quanto do empregado, nos termos do positivado no art. 57, §6º, da Lei 8.213/91 e no art. 22 do inc. II da Lei 8.212/91”* (doc. n. 35898-2019-434).

Anexa aos autos *“trecho de sua lista analítica da folha de pagamento, na qual aparecem dois colaboradores, um que recebe o adicional de insalubridade, com reflexo na contribuição para o INSS, ou outro que não recebe tais valores, sendo assim ausente a contribuição”* (doc. n. 35898-2019-434).

Entende que a licitante *Soluções Serviços Terceirizados Eireli* *“ignorou o reflexo na contribuição para o INSS para todos os seus colaboradores” e “não considerou tais dispositivos, de tal forma que o valor constante em sua proposta para esse item está nulo”* (doc. n. 35898-2019-434).

Suscita, diante disso, a inexecuibilidade da proposta vencedora do Lote n. 4, pela não observância do art. 57, §6º da Lei n. 8.213/1991 e do art. 22, inc. II a Lei n. 8.212/1991, vez que *“não cotou a contribuição do empregador para o INSS referente ao adicional de insalubridade devido aos trabalhadores do cargo de servente de limpeza” e, por isso, “não cobre todos os custos necessários à segura execução do contrato, havendo que se falar em proposta deficitária”* (doc. n. 35898-2019-434).

Afirma que a não observância do valor correto na contribuição devida ao INSS no caso dos serventes de limpeza se revela especialmente grave quando cotejada com os valores apresentados a título de custos indiretos e lucros.

Frisa, nesse sentido, que a *“licitante vencedora cotou os custos indiretos em 0,68% e o lucro em 0,71%” e que, se “esses valores forem comparados com o que foi orçado por essa Administração (3,00% e 6,79%, respectivamente), tem-se que os custos indiretos da proposta correspondem a 22,666% do previsto pela Administração e ao lucro em apenas 10,157% do previsto pela Administração”* (doc. n. 35898-2019-434).

Pondera que a Recorrida, ao alegar *“ter celebrado outros contratos administrativos com valores ainda menores, como se isso fosse um argumento capaz de lhe dar razão”*, acabou por demonstrar situação contrária, qual seja, que *“executaria o contrato de uma forma precária, quase que*



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

inconsequente; que esse não seria o único contrato celebrado em tais condições, majorando o risco de que esse particular não venha conseguir honrar as obrigações pactuadas com o Poder Público” (doc. n. 35898-2019-434).

Entende, por isso, que a Administração deve “desqualificar” a empresa *Soluções Serviços Terceirizados Eireli*, com base no art. 48, inc. II da Lei n. 8.666/1993 e no subitem 9.4.3 do Edital ou, caso assim não se entenda, promover diligências com o intuito de averiguar a exequibilidade de sua proposta, com fundamento no art. 43, §3º da Lei n. 8.666/1993, no subitem 9.5 do Edital e na Súmula n. 262 do TCU.

Sustenta que a não adoção de uma dessas medidas se traduzirá em responsabilização subsidiária da Administração Pública, em face da violação de direitos trabalhistas, nos termos da Súmula n. 331 do TST. Isso porque, *“além de apresentar uma taxa de administração e uma margem de lucro absurdamente baixas – em valor muito aquém do praticado no mercado, consistindo-se uma fração mínima do orçado por essa Administração – a licitante vencedora também desconsiderou parte dos encargos trabalhistas ao não observar o positivado no art. 57, §6º da Lei 8.213/91” (doc. n. 35898-2019-434).*

Insiste que a conduta da licitante vencedora viola *“o direito dos futuros funcionários terceirizados para conseguir obter um menor valor de seu preço, vencendo ilicitamente a concorrência”,* conduta essa conhecida como *dumping social*, que é *“caracterizado pela adoção de práticas que objetivam a redução dos custos de produção e que implicam no descumprimento reiterado de direitos sociais do trabalhador” (doc. n. 35898-2019-434).*

Examino.

Como em todos os setores empresariais, a Administração Pública busca cada vez mais a especialização da mão de obra para a realização de determinados serviços que fogem aos objetivos principais de suas atividades. E, ao invés de inchar sua estrutura, busca em outras entidades o aprimoramento necessário para que essa necessidade não afete o respectivo desempenho na área em que se propôs a atuar. Assim, transfere a terceiros serviços específicos ou departamentos inteiros que não fazem parte de sua linha principal de atuação, possibilitando com isso focalizar suas atenções no estrito e perfeito cumprimento de seus objetivos institucionais, em respeito, dentre outros, ao princípio da eficiência previsto constitucionalmente.

Busca, desta forma, a contratação de empresas legalmente constituídas, destinadas à realização destes serviços específicos, cuja interrupção poderia comprometer o bom andamento da máquina administrativa. Dentre várias situações, cita-se a vigilância, a limpeza, a copa, a cozinha ou a portaria, como exemplos da terceirização de serviços.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

A contratação desses trabalhadores, da forma exposta, carece necessariamente de um processo licitatório no qual propostas com planilhas de custos da atividade podem ser requeridas pelo administrador, contemplando os encargos sociais e trabalhistas que incidem sobre o salário básico recebido pelo trabalhador da empresa prestadora de serviços de vigilância.

Um desses encargos é, muitas vezes, o adicional de insalubridade (art. 189, CLT).

O exercício do trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho², assegura a percepção de adicional respectivamente de 40%, 20% e 10% do salário mínimo, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.

A insalubridade poderá ser eliminada ou neutralizada com adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância ou com a adoção do uso de equipamentos de proteção individual. Essas condições para a eliminação ou neutralização deverão constar do laudo do perito. Constatada que a insalubridade foi neutralizada, poderá haver redução dos graus mínimo, médio e máximo ou mesmo a sua eliminação total, o que acarretará a extinção do adicional. Da mesma forma, cessado o agente perigoso, o adicional de periculosidade poderá deixar de ser pago.

Sabe-se, por outro lado, que, além da contribuição de 20% sobre os pagamentos aos segurados empregados e avulsos (22,5% no caso de instituições financeiras etc.), as empresas têm a obrigação de pagar, também, um adicional para financiamento da aposentadoria especial e de benefícios decorrentes de incapacidade resultante de riscos ambientais do trabalho, que se tem denominado SAT (seguro de acidade do trabalho) ou RAT (risco ambiental do trabalho). Tal exação não constitui propriamente uma contribuição autônoma, havendo quem defenda que tampouco seria preciso considerá-la um adicional à contribuição de 20%, mas *a parte variável da contribuição das empresas* sobre a remuneração dos empregados e avulsos.

E, para cálculo dessa parte variável da contribuição, a Lei n. 8.212/1991, no art. 22, inciso II, estabelece alíquotas de 1%, 2% ou 3% conforme o grau de risco da atividade preponderante da empresa seja considerado leve, médio ou grave.

Os §§ 6º e 7º do art. 57 da Lei n. 8.213/1991, ao cuidarem da aposentadoria especial, impõem, ainda, um acréscimo, na alíquota do SAT, de 12, 9 ou 6 pontos percentuais especificamente sobre a remuneração do

² Atual Secretaria do Trabalho, cuja estrutura integra o Ministério da Economia (MP n. 870/2019).
<https://www.gov.br/trabalho/pt-br>. Acesso em 08/03/2021.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

segurado que exerça atividade que permita a concessão de aposentadoria especial após 15, 20 ou 25 anos de contribuição.

Isto posto, parece-nos que a questão que remanesce, para fins de provimento ou não do Recurso impetrado pela empresa *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli*, é saber se a alíquota de contribuição destinada ao financiamento da aposentadoria especial deveria constar obrigatoriamente da planilha/proposta da licitação ou não.

E, sobre a matéria, em resposta à diligência promovida pela Pregoeira, assim se pronunciou a Secretaria de Apoio Administrativo (SEAA), unidade demandante da contratação, em 25/02/2021 (doc. n. 35898-2019-436):

1) O Anexo IX do Termo de Referência (Anexo II do edital) apresenta modelo da Planilha de Custos e Formação de Preços. Qual a origem/fundamento/embasamento do modelo de planilha publicado junto ao edital?

O Anexo IX do Termo de Referência (Anexo II do edital) apresenta modelo da Planilha de Custos e Formação de Preços, cuja origem/fundamento/embasamento encontra-se na Instrução Normativa nº 5/2017 da Secretaria de Gestão (SEGES) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), atual Ministério da Economia. Ressalta-se que tal normativo, a despeito de vincular em caráter obrigacional apenas os órgãos do Poder Executivo Federal, vem sendo amplamente recomendado e adotado pelas demais esferas de Poder, a exemplo do Judiciário Federal, em razão das boas práticas nos procedimentos de contratação, gestão e fiscalização de serviços terceirizados

2) As alíquotas relativas aos encargos previdenciários constantes do modelo de planilha publicado com o edital são idênticas àquelas constantes das planilhas nas quais foram originadas/embasadas, ou houve alguma alteração?

As alíquotas relativas aos encargos previdenciários constantes do modelo de planilha publicado com o edital são idênticas àquelas constantes das planilhas nas quais foram originadas/embasadas.

3) Há, ou já houve, no âmbito deste Regional, contratação de serviço terceirizado em que se cotou alíquota diferenciada de contribuição previdenciária para financiamento da aposentadoria especial, para os trabalhadores que fazem jus ao recebimento de adicional de insalubridade?

Nos contratos pretéritos geridos/fiscalizados por esta Secretaria de Apoio Administrativo não houve a cotação da alíquota diferenciada de contribuição previdenciária para financiamento de aposentadoria especial, para os trabalhadores que fazem jus ao recebimento de adicional de insalubridade.

4) Na última e mais recente contratação efetivada pelo Tribunal, em caráter emergencial, houve algum orçamento ou proposta



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

em que se fez constar alíquota previdenciária diferenciada para financiamento da aposentadoria especial, para os postos de trabalho que fazem jus ao adicional de insalubridade? As empresas atuais contratadas efetuaram a referida cotação?

Na última e mais recente contratação, em caráter emergencial, efetivada em virtude da não conclusão do procedimento licitatório regular, dentre as propostas apresentadas a esta Secretaria (Appa, Conservadora Campos, Direcional, Liderança, Outpar, Prisma e Santa Fé) – nenhuma das Empresas, inclusive a recorrente, apresentou em suas planilhas de custo e formação de preços a alíquota previdenciária diferenciada para financiamento da aposentadoria especial, para os postos de trabalho que fazem jus ao adicional de insalubridade. As empresas atualmente contratadas também não efetuaram a referida cotação. Ressalta-se que na contratação atual (Emergencial) também foi observado o modelo de planilha de custo e formação de preços disponibilizado na Instrução Normativa Nº 05/2017 do Ministério da Economia.

Também em decorrência de diligência promovida pela Pregoeira, vieram aos autos as informações prestadas pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1 – Seção Judiciária de Minas Gerais), nos seguintes termos (doc. n. 35898-2019-437):

Também utilizamos as planilhas de custo e formação de preços com base na Instrução Normativa nº 5/2017 da Secretaria de Gestão (SEGES) do Ministério da Economia, e não utilizamos nesta Seção Judiciária de Minas Gerais nas licitações para contratação de empresa para prestação de serviços continuados de limpeza e conservação (ou outros serviços) cotação de alíquota diferenciada para a contribuição previdenciária dos postos que recebem o adicional de insalubridade. Até o momento, não deparamos com essa situação nas licitações realizadas.

Em suas contrarrazões, a Recorrida frisou que nenhum dos colaboradores a serem alocados serão submetidos de forma permanente a ambientes insalubres e que a previsão do adicional de insalubridade para determinados postos de trabalhos partiu do pressuposto de que determinadas funções, ocasionalmente, podem deter caráter insalubre, *“sendo necessário, por zelo, prever a insalubridade como contido no item 2.1. e 2.2. do Termo de Referência”* (doc. n. 35898-2019-435).

A Recorrida também pontuou que a caracterização da aposentaria especial decorre de estudos e não de meras suposições. E mencionou que o posto que contempla o adicional de insalubridade de grau máximo não determina que o colaborador tenha que permanecer fixo no banheiro público (como ocorre em locais de grande circulação como rodoviárias, parques, grandes eventos), mas que, além de suas atividades de limpeza e conservação, este também executa, ocasionalmente (não permanentemente), a limpeza de banheiros públicos” (doc. n. 35898-2019-435).



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

A Pregoeira conheceu do Recurso apresentado pela *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli*, mas, no mérito, negou-lhe provimento, sob os seguintes fundamentos (doc. n. 35898-2019-438):

O art. 57 da Lei 8.213/91, que cuida da aposentadoria especial, assim dispõe:

“Art. 57. A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei.

(...)

§3º A concessão da aposentadoria especial dependerá de comprovação pelo segurado, perante o Instituto Nacional do Seguro Social–INSS, do tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante o período mínimo fixado.

§4º O segurado deverá comprovar, além do tempo de trabalho, exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, pelo período equivalente ao exigido para a concessão do benefício.

(...)

§6º O benefício previsto neste artigo será financiado com os recursos provenientes da contribuição de que trata o inciso II do art. 22 da Lei n o 8.212, de 24 de julho de 1991, cujas alíquotas serão acrescidas de doze, nove ou seis pontos percentuais, conforme a atividade exercida pelo segurado a serviço da empresa permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente”.

Como se vê, o §6º do art. 57 da Lei 8.213/91 prevê o financiamento da aposentadoria especial, por meio do acréscimo de 12%, 9% ou 6% à alíquota de contribuição do RAT (art. 22, II, Lei 8.212/91), acréscimo este que deverá incidir exclusivamente sobre a remuneração do segurado sujeito às condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, ou seja, sobre a remuneração dos empregados que exerçam atividades que ensejam a aposentadoria especial com 15, 20 ou 25 anos de trabalho.

O Edital, de fato, especifica o pagamento de adicional de insalubridade em grau médio (20%) para os trabalhadores ocupantes de postos de servente que forem designados para atendimento de demandas das unidades de Saúde do Tribunal, em razão da sua potencial exposição a agentes biológicos, assim como a remuneração de adicional de insalubridade em grau máximo (40%) para os trabalhadores ocupantes de postos de servente que forem designados pra atendimento de demanda por limpeza de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação e respectiva coleta de lixo.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

No entanto, não há no instrumento convocatório e seus anexos, a exigência de cotação de alíquota diferenciada para financiamento da aposentadoria especial daqueles trabalhadores que fazem jus ao recebimento de adicional de insalubridade.

Isto porque o auferimento do adicional de insalubridade, por si só, não dá direito à aposentadoria especial, servindo apenas como um indicador de que a atividade prestada pode ser especial.

Neste sentido, segue jurisprudência do STJ:

“PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA. CÔMPUTO DE TEMPO ESPECIAL EM RAZÃO DE RECEBIMENTO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. INSUFICIÊNCIA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA EXPOSIÇÃO HABITUAL E PERMANENTE POR INTERMÉDIO DE FORMULÁRIOS E LAUDOS. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. 1. Nos termos da jurisprudência do STJ, “a percepção de adicional de insalubridade pelo segurado, por si só, não lhe confere o direito de ter o respectivo período reconhecido como especial, porquanto os requisitos para a percepção do direito trabalhista são distintos dos requisitos para o reconhecimento da especialidade do trabalho no âmbito da Previdência Social.” (EDcl noAgRg no REsp 1.005.028/RS, Rel. Ministro Celso Limongi, Sexta Turma, DJe 02/03/2009). 2. In casu, o acórdão recorrido reconheceu o período trabalhado como especial, exclusivamente em razão da percepção pela trabalhadora segurada do adicional de insalubridade, razão pela qual deve ser reformado. 3. Agravos conhecidos para dar provimento aos Recursos Especiais do Município de Sorocaba e da Fundação da Seguridade Social dos Servidores Públicos Municipais de Sorocaba, para determinar o retorno dos autos a fim de que a Corte de origem verifique, na forma da legislação previdenciária, o efetivo exercício de atividade especial exercida pelo trabalhador segurado mediante a exposição habitual e permanente a agentes nocivos à sua saúde ou integridade física”.(STJ - AREsp: 1505872 SP 2019/0141387-0, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento:20/08/2019, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe13/09/2019)

Conforme o § 1º do art. 58 da Lei 8.213/91, “a comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário, na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, emitido pela empresa ou seu preposto, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho (LTCAT) expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho nos termos da legislação trabalhista”.

O LTCAT tem o objetivo de avaliar o ambiente de trabalho, documentar a exposição aos agentes nocivos e determinar se o colaborador deve receber a aposentadoria especial.

Do LTCAT são extraídas as informações necessárias para se fazer o Perfil Psicográfico Previdenciário – PPP, formulário exigido pelo INSS e pelos Regimes Próprios para a concessão do benefício de aposentadoria especial.

Portanto, não se pode, s.m.j., exigir da licitante, que efetive a cotação da alíquota diferenciada para os trabalhadores que



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

receberão o adicional de insalubridade, uma vez que a comprovação de que a atividade exercida é ensejadora do benefício da aposentadoria especial, dependerá da conclusão da avaliação a ser feita por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho, constante de laudo técnico, emitido a posteriori.

Importante ressaltar, ainda, que o modelo da Planilha de Custos e Formação de Preços publicado junto ao edital do PE 23/2019 (Anexo IX do Termo de Referência) é fundamentado na IN 05/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, sendo que “as alíquotas relativas aos encargos previdenciários constantes do modelo de planilha publicado com o edital são idênticas àsquelas constantes das planilhas nas quais foram originadas/embasadas” (IN 05/2017), conforme informações prestadas pela Secretaria de Apoio Administrativo deste Regional, unidade demandante da licitação e futura gestora do contrato (doc .35898-2019-436).

[...]

Deste modo, considerando-se que o edital não previu a cotação dos custos relativos ao financiamento da aposentadoria especial dos serventes de limpeza que têm direito a receber adicional de insalubridade, não se configura razoável exigir que tal custo conste na proposta da licitante vencedora.

Se o entendimento da Recorrente é no sentido de que se faz necessária a inserção dos referidos custos na proposta de preços, deveria a mesma, no momento oportuno, antes da abertura das propostas, ter impugnado o edital. No entanto, não o fez, tendo levantado a questão na fase recursal da licitação, em momento impróprio, num claro intuito de tumultuar o certame.

Fato curioso é que, conforme a citada informação prestada pela SEAA a título de diligência, a própria Recorrente, em procedimento realizado recentemente visando a contratação emergencial dos serviços objeto da presente licitação, também não fez constar de suas planilhas de formação de preços, os custos relativos ao financiamento da aposentadoria especial para os trabalhadores que fazem jus ao pagamento do adicional de insalubridade, mais um indicativo de que suas alegações não têm nenhum fundamento.

Com a finalidade de obter informações complementares que pudessem subsidiar a sua decisão, esta pregoeira diligenciou junto ao TRF1 -Seção Judiciária de Minas Gerais, tendo obtido as seguintes informações (doc.35898-2019-437): [...].

Como se vê, a exigência de cotação do financiamento da aposentadoria especial dos colaboradores que percebem o adicional de insalubridade não parece ser usual junto aos órgãos da Administração, o que reforça o entendimento de que tal previsão, de fato, não se sustenta.

A Recorrente afirma, ainda, que a proposta apresentada pela empresa vencedora é inexecutável, requerendo sua desclassificação



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

ou, alternativamente, a realização de diligência no sentido de comprovar sua exequibilidade.

Pois bem.

Os percentuais de custos indiretos e lucro cotados pela vencedora do lote 4 em sua proposta montam em 0,68% e 0,71%, respectivamente.

Diante do apontamento feito pela área técnica na CISELPD/SLSTE/019/2021 (doc. 35898-2019-425), no sentido de que os percentuais cotados pela licitante *“mostram-se consideravelmente inferiores aos percentuais adotados como parâmetro para o orçamento estimado da contratação”*, a pregoeira diligenciou junto à empresa, a fim de colher justificativas para os percentuais cotados, de modo a comprovar a viabilidade da proposta.

Em resposta, Soluções Serviços Terceirizados Eireli encaminhou contrato firmado com a Prefeitura Municipal de Salvador (docs. 35898-2019-428-429), comprovando que possui outras contratações com percentuais de custos indiretos e lucro semelhantes e até mais baixos que os da proposta ora apresentada (0,30% e 0,20%, respectivamente).

Apresentou, ainda, Termo Aditivo ao contrato referido, por meio do qual se prorrogou o ajuste por 12 meses, até 15/10/2021, demonstrando que a empresa vem cumprindo a contento com suas obrigações, ainda que com percentual de lucro baixo. Adicionalmente, a pregoeira analisou os percentuais de custos indiretos e lucro constantes da proposta de Soluções Serviços Terceirizados Eireli para o lote 4, comparando-os com aqueles constantes das propostas vencedoras dos outros lotes do certame, conforme abaixo:

| | Custos Indiretos (%) | Lucro (%) |
|---|----------------------|-----------|
| Percentual estimado pelo TRT3 | 3,00 | 6,79 |
| Direcional Gestão de Serviços Eireli - Lote 1 | 0,80 | 0,50 |
| Liderança Limpeza e Conservação Ltda - Lote 2 | 4,53 | 3,00 |
| Liderança Limpeza e Conservação Ltda - Lote 3 | 1,33662 | 0,40 |
| Soluções Serviços Terceirizados Eireli - Lote 4 | 0,68 | 0,71 |

Como se pode ver, os percentuais cotados pela vencedora do lote 4 estão bem próximos daqueles cotados para os demais lotes, exceto o lote 2.

Acrescente-se, a título de curiosidade, que, instada a justificar os percentuais de custos indiretos e lucro constantes de sua proposta para o lote 3, a empresa Liderança Limpeza e Conservação Ltda mencionou contrato firmado com o próprio TRT3 (Contrato nº 16SR023), assinado em 2016 e vigente até a presente data, cujo objeto é a prestação de serviços de motorista executivo, manobrista e supervisor, em que os custos indiretos foram cotados em 0,83% e o lucro em 0,11%.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Tudo isso são indícios de que a margem de lucro e os custos indiretos constantes da proposta apresentada pela vencedora do lote 4, apesar de bem inferiores aos estimados no edital, se encontram dentro dos parâmetros praticados usualmente no mercado, não podendo, s.m.j., conduzir à conclusão de que a proposta é inexecutável.

Por todo o exposto, não merecem prosperar as alegações da Recorrente, não havendo que se falar na desclassificação da proposta de Soluções Serviços Terceirizados Eireli seja pela falta de previsão dos custos relativos ao financiamento da aposentadoria especial (art. 57, §6º da Lei 8.213/91), seja pela sua inexecutabilidade.

Corroborar a conclusão da i. Pregoeira o estudo elaborado pela Auditoria Interna do Ministério Público da União, denominado “Referencial de Encargos” (MPU – Brasília – 2018³), no qual se explicita que, naquele Órgão, a alíquota de contribuição destinada ao financiamento da aposentadoria especial não consta das planilhas de custo e formação de preços.

É válido mencionar, ainda, a existência de um extenso rol de decisões do Tribunal de Contas da União (Acórdão n. 1.407/2014-Plenário, Acórdão n. 2.884/2013-Plenário, Acórdão n. 372/2011-2ª Câmara e, mais recentemente, Acórdão n. 720/2016-Plenário), no sentido de considerar ilegal a fixação de percentuais mínimos para encargos sociais, por afronta ao disposto no inciso X do art. 40 da Lei n. 8.666/1993, *verbis*:

Art. 40. O edital [...] indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

[...]

X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48 [referem-se às propostas com preços inexecutáveis];

Veja-se o Acórdão n. 720/2016 do TCU-Plenário:

“(...) Voto do Ministro Relator (...)

Conheço da presente representação formulada pela empresa Planalto Service Ltda., com pedido de medida cautelar inaudita altera parte, versando sobre supostas irregularidades na condução do Pregão Eletrônico 9/2014, promovido pelo Ministério da Justiça, que teve por objeto a “contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de técnico em secretariado, secretariado executivo, secretariado executivo bilíngue, recepcionista e contínuo”.

3 Disponível em: <<http://www.auditoria.mpu.mp.br/audin/REFERENCIAL-DE-ENCARGOS-IN-SEGES-MPDG-5-2017.pdf>> Acesso em: 04 mar. 2021.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

A representante insurgiu-se contra sua desclassificação no grupo I do certame, em vista da não adequação dos encargos sociais de sua proposta àqueles constantes da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) do Sindicato das Secretárias e Secretários do Distrito Federal (SISDF), contrariando o disposto no art. 13 da Instrução Normativa - SLTI/MPOG 2/2008 e na jurisprudência deste Tribunal (Acórdão 1.407/2014-TCU-Plenário, Acórdão 2.884/2013-TCU-Plenário e Acórdão 372/2011-TCU-2ª Câmara), o que pode ter acarretado contratação do objeto do certame por preço mais elevado (...).

(...) Presentes aos autos os resultados da oitiva, a Selog rejeitou as justificativas apresentadas e considerou irregular o procedimento que resultou na desclassificação da empresa Planalto (...).

(...) Desde já, manifesto concordância com as conclusões das instruções da Selog, cujos fundamentos incorporo às minhas razões de decidir.

De fato, a desclassificação da empresa Planalto no grupo I do Pregão Eletrônico 9/2014, sob a justificativa de não ter incluído em sua proposta de preços os encargos sociais previstos na CCT, contrariou a norma regente das contratações de serviços continuados, bem como a jurisprudência desta Corte.

A Instrução Normativa – SLTI/MPOG 2/2008 veda, em seu art. 29-A, § 3º, “ingerências na formação de preços privados por meio da proibição de inserção de custos ou exigência de custos mínimos que não estejam diretamente relacionados à exequibilidade dos serviços e materiais ou decorram de encargos legais”.

Por sua vez, a jurisprudência do TCU é firme no sentido de considerar indevida a fixação, nos editais de licitação, de percentual para encargos sociais, ainda que mínimo. Reproduzo a seguir trecho do voto condutor do Acórdão 5.151/2014-TCU-2ª Câmara, relatado pelo Ministro Augusto Sherman Cavalcanti, que elimina qualquer dúvida sobre a matéria:

16. Acrescento à análise promovida pela Secex/SE que também a outra suposta irregularidade mencionada na representação, relacionada à adoção de percentuais de encargos sociais inferiores ao limite mínimo fixado na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT, não justifica a anulação do contrato. É que, de acordo com o entendimento predominante no TCU, é indevida a fixação de percentual para encargos sociais e trabalhistas. A respeito dessa questão, julgo pertinente colacionar, com os destaques considerados pertinentes, o seguinte excerto do Voto condutor do Acórdão 1.407/2014-TCU-Plenário, da relatoria do eminente Ministro-Substituto André Luís de Carvalho:

“7. Tal entendimento, aliás, vai ao encontro da inteligência dada à matéria por este Tribunal, que entende indevida a fixação de percentual, ainda que mínimo, para encargos sociais e trabalhistas, os quais oneram, sobretudo, o preço de serviços (e.g. Acórdãos 1.699/2007 e 2.646/2007, do Plenário, e Acórdão 372/2011, da 2ª Câmara).

Observa-se, portanto, que a fixação de percentuais mínimos de encargos sociais, além de restringir o caráter competitivo do certame,



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

configuraria em ingerência indevida na formação de preços das empresas participantes da licitação e poderia trazer prejuízos à busca de uma proposta mais econômica para a Administração.

Embora a Recorrente alegue que seu Recurso visa garantir a exequibilidade dos preços ofertados e, com isso, resguardar os direitos dos trabalhadores a serem contratados pela prestadora do serviço e a própria Administração Pública, não se pode perder de vista que apenas parte dos encargos sociais possui percentual estabelecido em lei, sendo que os demais basicamente se constituem em provisões de valores para garantir o cumprimento das obrigações legais, caso os seus fatos geradores venham a se realizar.

Com efeito, a ocorrência de certas situações que gerarão o pagamento de direito trabalhista ou social é por vezes incerta e variável, devendo a empresa se utilizar de bases históricas próprias e análises estatísticas para aprovisionar valores suficientes para garantir a perfeita execução contratual.

Nessa esteira, a exigência de observância, por parte das licitantes, de alíquota de contribuição destinada ao financiamento da aposentadoria especial não seria a melhor saída para a obtenção de uma proposta mais vantajosa, tanto em termos econômicos quanto em termos de uma perfeita execução contratual, pois não se estaria considerando a estrutura de custos própria de cada empresa e o contexto geral em que ela está inserida.

Ademais, ainda que se considere a possibilidade de ocorrência de falhas no provisionamento dos encargos, certo é que a licitante estaria obrigada a arcar com o ônus de tal erro em suas planilhas.

Esse entendimento se baseia no fato de que, embora a planilha de custos e formação de preços funcione como parâmetro para que a Administração efetue uma contratação segura e exequível (sendo necessária para se evitar problemas durante a execução dos contratos e facilitar a análise quando da ocorrência das alterações contratuais, a exemplo do que ocorre no reequilíbrio econômico financeiro do contrato), é pacífica na jurisprudência do Tribunal de Contas da União⁴ no sentido de que ela possui caráter acessório, subsidiário, numa licitação em que o critério de avaliação das propostas é o de menor valor global.

Por oportuno, veja-se o Acórdão n. 963/2004 do TCU– Plenário:

52. Inicialmente, cabe esclarecer que alguns dos elementos integrantes da planilha de custos são variáveis, e dependem da

⁴ Decisões n. 577/2001 e n. 111/2002 e nos Acórdãos n. 1.028/2001, n. 963/2004, n. 1.791/2006, todos do Plenário.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

característica e estrutura de custos de cada organização. Outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente. Caso a planilha apresentada pelo licitante esteja dissonante do previsto em lei, e ainda assim, for considerada exequível e aceita pela Administração, caberá ao licitante suportar o ônus do seu erro.

(...) Voto do Ministro Relator (...)

6. Sobre a desnecessidade de detalhamento dos itens que compõem os encargos sociais e trabalhistas na planilha de preços utilizada como modelo no edital, penso que a presumida omissão não traz problemas para o órgão contratante, pois, segundo explicado pela unidade técnica, o contratado é obrigado a arcar com as consequências das imprecisões na composição dos seus custos.

E, ainda, o Acórdão n. 1.791/2006 do TCU-Plenário:

“(...) O TCU, concordando com o entendimento do órgão, destacou que eventual erro na planilha teria de ser assumido pelo licitante. Segue o trecho do relatório da Decisão 577/2001 - Plenário, integralmente acatado no voto, que a representante expôs em suas alegações (fls. 11/13):

‘b) o mecanismo de convalidação previsto no edital é, a nosso ver, admissível. Não há modificação dos valores globais da proposta, sempre respeitados, em qualquer hipótese. Ocorre que esse valor vem acompanhado de sua memória de cálculo, ou seja da planilha demonstrativa dos componentes do custo, entre os quais alguns que decorrem de lei e de acordos coletivos. Evidentemente espera-se não haver diferenças entre a informação posta na planilha e aquela exigida pela lei ou pelo acordo. Mas, e se houver? Só há duas alternativas, cuja validade cabe discutir:

1ª) acata-se a proposta, mas o proponente tem que suportar o ônus do seu erro (que resulta em uma oferta menos competitiva, se o valor informado for maior que o exigido, ou em uma redução da margem de lucro inicialmente esperada, na situação inversa); ou

2ª) desclassifica-se a proposta sumariamente, o que não deixa de ser uma medida drástica, se considerarmos que a licitação não é um fim em si mesma, mas meio para a Administração selecionar a oferta que lhe for mais vantajosa, dentro dos limites de atuação estabelecidos pelo legislador.

Dentre essas alternativas, a (...) optou pela primeira: mantém a proposta, se verificar que, mesmo com a diminuição do lucro, a oferta ainda é exequível. Essa decisão nos parece válida, já que:

1º) o proponente continuará sujeito a cumprir a lei e os acordos firmados; sua declaração contida na planilha não tem a faculdade de afastar a incidência dessas obrigações; 2º) os valores globais propostos não poderão ser modificados; a proposta obriga o proponente, a quem cabe assumir as consequências de seus atos; e 3º) o procedimento previsto não fere a isonomia entre os licitantes (...)” (todos os grifos nossos)



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

A propósito, assim dispõe a IN n. 5/2017 do MPDG/SG (que revogou a IN n. 2/2008):

Art.29-A. A análise da exequibilidade de preços nos serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra do prestador deverá ser realizada com o auxílio da planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final de preço.

[...]

§3º É vedado ao órgão ou entidade contratante fazer ingerências na formação de preços privados por meio da proibição de inserção de custos ou exigência de custos mínimos que não estejam diretamente relacionados à exequibilidade dos serviços e materiais ou decorram de encargos legais.

Pelo exposto, resta claro que a análise da exequibilidade da proposta, tomando-se como um dos elementos as planilhas de preços, deve ser feita de forma global, considerando, além dos custos obrigatórios, o contexto operacional, econômico e financeiro em que a empresa está inserida, como sua capacidade operacional de execução contratual, a margem de lucro apresentada, análise de contratos firmados com outros órgãos da Administração Pública e análise de penalidades porventura aplicadas em outras contratações, entre outros aspectos.

Destarte, tendo examinado cada ponto discorrido na peça recursal da empresa *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli* em confronto com as contrarrazões da Recorrida, com a legislação vigente e com os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais correlatos, somos de parecer favorável ao desprovemento do apelo, entendendo que os participantes da licitação são livres para justificar a composição de seus preços, primando, numa lógica mercadológica, pela livre concorrência, mormente porque a Recorrida demonstra, dentro dos critérios de análise aceitos pela Pregoeira e Área Demandante, possuir capacidade operacional, econômica e financeira satisfatórias para a execução do objeto, além de ter atendido a todas as exigências legais previstas.

2.4. Conclusão do Recurso.

Diante de todo o explicitado, sugere-se que o Recurso apresentado pela licitante *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli* seja conhecido e, no mérito, desprovido, mantendo-se a decisão que declarou vencedora do Lote n. 4 a empresa *Soluções Serviços Terceirizados Eireli*, com a adjudicação do objeto e homologação do Pregão Eletrônico n. 23/2019, nos termos do art. 27 do Decreto 5.450/2005.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

3. HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 23/2019.

3.1. Lotes 1 e 4.

Pois bem.

De início, esta Assessoria reporta-se ao parecer colacionado sob o doc. n. 35898-2019-286, no âmbito do qual foram relatados os elementos de instrução do processado até então.

Após, o feito foi instruído, em suma, com os seguintes documentos:

(I) proposição da Diretoria-Geral para a homologação dos Lotes n. 2 e n. 3 (doc. n. 35898-2019-287);

(II) decisão do Exmo. Sr. Desembargador Presidente deste Regional, homologando o resultado parcial do Pregão em epígrafe (Lotes n. 2 e n. 3) (doc. n. 35898-2019-288);

(III) documentos afetos à publicidade da homologação parcial do certame, a saber: (a) publicação no Diário Oficial da União de 07/01/2021; (b) no portal institucional deste Regional e (c) e no sistema eletrônico – *licitações*-e (doc. n. 35898-2019-289);

(IV) mensagens eletrônicas trocadas entre a Senhora Pregoeira e a *Nacional Soluções e Serviços Eireli* sobre a diligência com o intuito de comprovar o quantitativo de trabalhadores dedicados a cada uma das atividades da empresa (doc. n. 35898-2019-290);

(V) GFIP/SEFIP - Comprovante de Declaração das Contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos (doc. n. 35898-2019-291);

(VI) contratos firmados pela empresa *Nacional Soluções e Serviços Eireli*, a saber:

- Contrato n. 109/2018 (*Agência Nacional de Telecomunicações* – prestação de serviços de limpeza e conservação), Termo Aditivo pertinente e Edital n. 04/2018 (doc. n. 35898-2019-292);

- Contrato n. 13-04/2020 (*Agência de Promoção de Exportações do Brasil* - prestação, sob demanda, de serviços terceirizados contínuos permanentes e eventuais, com fornecimento de insumos) e Primeiro Termo Aditivo (doc. n. 35898-2019-293);



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

- Contrato n. 2019.7421.0005 (*Banco do Brasil S.A – prestação de serviços de limpeza em instalações prediais*) e Termos Aditivos (doc. n. 35898-2019-294);

- Contrato n. 2019.7421.0480 (*Banco do Brasil S.A – prestação de serviços gerais de apoio*) e Termos Aditivos (doc. n. 35898-2019-295);

- Contrato decorrente do Pregão Presencial n. 005/2018, Primeiro Termo Aditivo e apostilamento (*Companhia Maranhense de Gás – Gasmar – prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais de forma contínua, objetivando as atividades de limpeza, copeiragem e conservação predial*) (doc. n. 35898-2019-296/297);

- Contrato n. 12/2019-Crea-DF (*Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal – Crea – DF*), aditamentos e Edital do Pregão Eletrônico n. 001/2019 (prestação de serviços continuados de agente de portaria (diurno e noturno), auxiliares de serviços gerais (conservação e limpeza), copeiras (uma com contrato intermitente), jardineiro, mestre de obras, motociclista, motorista de carro leve e telefonistas (atendentes), com fornecimento de mão de obra e equipamentos) (doc. n. 35898-2019-298);

- Contrato n. 001/2019 (*Conselho Regional de Enfermagem do Piauí – serviço de apoio administrativo e serviços auxiliares*), Primeiro e Segundo Termos Aditivos (doc. n. 35898-2019-299); Contrato n. 024/2019 (doc. n. 35898-2019-300); Contrato n. 37/2017 e aditamentos (doc. n. 35898-2019-301);

- Contrato n. 0082/2020 (*Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - serviços continuados na área de Transporte (motorista), com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva*) e Edital do PE n. 05/2020-18 (doc. n. 35898-2019-302); Contrato n. 332/2017 e aditamentos (doc. n. 35898-2019-303);

- Contrato n. 016/2019 (*Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional do Município de Boa Vista – serviço de limpeza e conservação, com o fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais de limpeza e higiene*) e Edital do Pregão Eletrônico n. 042/19 (doc. n. 35898-2019-304);

- Contrato n. 02/2017-DC/EMSERH (*Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares – EMSERH – prestação de serviços continuados de limpeza, higiene e conservação com fornecimento de material e equipamentos*) e aditamentos (doc. n. 35898-2019-305/306); Contrato n. 375/2017, aditamentos, apostilamentos e Edital do Pregão Presencial n. 04/2017 (doc. n. 35898-2019-307);



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

- Contrato n. 02/2017 (*Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE- Maranhão* - contratação de serviços de portaria) e termos aditivos (doc. n. 35898-2019-308); Contrato n. 004/2018 (*Piauí*), aditamentos e apostilamentos (doc. n. 35898-2019-309); minuta de Termo de Contrato n. 0004/2019 (*Roraima* – serviços continuados de portaria) (doc. n. 35898-2019-310);

- Contrato n. 04/2018 (*Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Superintendência Regional do Estado do Piauí* – contratação dos serviços de copeiragem e recepção) e aditamentos (doc. n. 35898-2019-311);

- Contrato n. 11/2016 (*Instituto de Colonização e Terras do Maranhão* – contrato de prestação de serviços de limpeza e conservação de ambientes) aditamentos e Edital do Pregão Presencial n. 007/2016 (doc. n. 35898-2019-312);

- Contrato n. 23/2017 (*Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IEMA* – prestação e execução de forma contínua dos serviços de limpeza e higienização diária, asseio e conservação de áreas internas e externas, nas instalações físicas e mobiliárias) (doc. n. 35898-2019-313); aditamentos e Edital do Pregão n. 114/2016 (doc. n. 35898-2019-314);

- Contrato n. 05/2019 (*Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos* – prestação de serviços de limpeza e conservação predial – áreas internas), aditamentos e Edital do Pregão 01/2019 (doc. n. 35898-2019-315);

- Contrato n. 13/2017 (*Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Sergipe* – serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e asseio, de manutenção predial, de jardinagem, de Almoxarife, de apoio administrativo e transporte), seguido de aditamentos, apostilamentos e Edital do Pregão Eletrônico n. 21/2016 (doc. n. 35898-2019-316);

- Primeiro e Segundo Termos Aditivos ao Contrato n. 04/2018 (*Instituto Federal do Piauí – Campus Paulistana* – condução de veículo oficial); Termo de Contrato n. 04/2018 (Campus São Raimundo Nonato) (doc. n. 35898-2019-317/318);

- Termo de Contrato 09/2016 (*Instituto Federal do Piauí – Campus Teresina Central* - prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização, organização e deslocamento de bens móveis e imóveis nas dependências do IFPI) e aditamentos (doc. n. 35898-2019-319);

- Termo de Contrato de Prestação de Serviços n. 004/2018 (*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – Campus*



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Valença do Piauí – serviços de condução de veículos) e Primeiro Termo Aditivo (doc. n. 35898-2019-320);

- Contrato de Prestação de Serviços (*Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária* – contratação de empresa especializada para prestação e serviço de limpeza, conservação e higienização interna e externa, com o fornecimento de todos os materiais necessários) e aditamento (doc. n. 35898-2019-321);

- Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza e Conservação 43000012682 (*Liquigás Distribuidora S/A* – prestação de serviços de limpeza e conservação) (doc. n. 35898-2019-322);

- Contrato de Prestação de Serviços 4300013276 (*Liquigás Distribuidora S. A* - prestação de serviços de jardinagem e manutenção das áreas verdes no Centro Operativo de São Luís/MA) (doc. n. 35898-2019-323);

- Contratos n. 01/2017/SEDUC; 02/2017/SEDUC; 03/2017/SEDUC e 04/2017/SEDUC (*Secretaria de Estado da Educação e Locações e Serviços Ltda. – LSL*) e aditamento (doc. n. 35898-2019-324/327);

- Contrato n. 49/2017 e aditamentos (*Estado do Maranhão - Secretaria de Estado da Segurança Pública* – serviços de limpeza e higienização diária, asseio e conservação de áreas internas e externas) (doc. n. 35898-2019-328);

- Contrato n. 547-SEMGES/FMAS/ASSESP (*Secretaria Municipal de Gestão Social do Município de Boa Vista* – contratação de serviço de limpeza, higiene e conservação) e Edital do PE n. 042/2019 (doc. n. 35898-2019-329);

- Contrato n. 02.075/2019 (*Serviço Social da Indústria – SESI* – serviços de limpeza predial) e aditamento (doc. n. 35898-2019-330);

- Contrato n. 03.064/2019 (*Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial* – serviço de limpeza predial) e Primeiro Termo Aditivo (doc. n. 35898-2019-331);

- Contrato n. 007/2019 (*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal – SEBRAE/DF*), Primeiro e Segundo Termos Aditivos (doc. n. 35898-2019-332); Contrato n. 19/2019 (*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão – SEBRAE/MA*), aditamentos e Edital do Pregão Presencial n. 002/2019 (doc. n. 35898-2019-333); Contrato n. 170/2017 (*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão – SEBRAE/MA*) e aditamentos (doc. n. 35898-2019-334); Contrato n. 074/2019 (*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Do Piauí - Sebrae/PI*), aditamentos e Edital do Pregão Presencial n. 09/2017 (doc. n. 35898-2019-



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

335); Contrato n. 003/2018 (*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí – SEBRAE/PI*) e aditamentos (doc. n. 35898-2019-336);

- Termo de Contrato n. 02/2017 (*União – Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Piauí* – prestação de serviços terceirizados – atividades auxiliares de recepcionista nível médio, mensageiro e ascensorista), aditamentos e Edital do PE n. 05/2017 (doc. n. 35898-2019-337/338);

- Contrato n. 04/2019 (*Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO* - contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de mão de obra e todos os materiais de consumo, uniforme e equipamentos necessários à execução dos serviços), aditamentos, apostilamentos e Edital do PE n. 02/2019 (doc. n. 35898-2019-339);

- Contrato TRT 16 n. 24/2018 (*União – Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região* – prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra na categoria profissional de garçom, com fornecimento de uniformes) e aditamentos (doc. n. 35898-2019-340);

- Contrato n. 10/2019 (*Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão* – prestação de serviços de recepção e operação de máquinas reprográficas) e aditamentos (doc. n. 35898-2019-341); Contrato n. 32/2019 (prestação de serviços de jardinagem e de operação de equipamentos reprográficos, digitalizadores e afins) (doc. n. 35898-2019-342);

- Contrato n. 025/2019 (*Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL* – prestação de serviços de limpeza, desinfecção, higienização e conservação de áreas e serviços de jardinagem) e Edital do Pregão Presencial n. 009/2019 (doc. n. 35898-2019-343/344);

- Contrato n. 51/2020 – SE/SC (*Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos* - prestação, em caráter emergencial, dos serviços de limpeza predial, com fornecimento de material de limpeza e higiene, máquinas, equipamentos e utensílio) (doc. n. 35898-2019-345);

(VII) informações complementares da empresa *Nacional Serviços Integrados S.A* (doc. n. 35898-2019-346);

(VIII) Ofício n. 789/2020, por meio do qual a empresa *Nacional Serviços Integrados S.A* responde a questionamentos atinentes à diligência empreendida pela Senhora Pregoeira e encaminha “Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública” (doc. n. 35898-2019-347);



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

(IX) Planilha Quantitativos Nacional - Resultado Parcial - Diligência Enquadramento Sindical Nacional - Planilha Levantamento Parcial (doc. n. 358898-2019-348);

(X) Certidão da Sra. Pregoeira nos termos adiante transcritos (doc. n. 35898-2019-349):

Certifico que, em atendimento à decisão da autoridade competente, constante do doc. 35898-2019-239, realizou-se diligência junto à empresa *Nacional Soluções e Serviços Eireli*, então arrematante do Lote 1, no intuito de se aprofundar a análise relativa à CCT apresentada pela empresa para embasar sua proposta. Desta maneira, solicitou-se à licitante que enviasse todos os contratos que tinha vigentes à época da apresentação da proposta, assim como a GFIP/SEFIP correspondente (docs. 35898-2019-291 até 35898-2019-346). Da análise da documentação enviada, verificou-se que *Nacional Soluções e Serviços Eireli*, no documento “Relação de Compromissos Assumidos” - Anexo IV do edital, utilizado como base para verificação da qualificação econômica e financeira da licitante (item 7.7.9.1.1 do edital), omitiu diversos contratos que tinha vigentes à época da apresentação da proposta. Tal relação visa à comprovação de que 1/12 (um doze avos) dos contratos que a empresa tem vigentes, não ultrapassa seu patrimônio líquido. Instada a retificar a referida relação, a empresa apresentou novo documento (doc. 35898-2019-347), acrescentando os contratos inicialmente omitidos, sendo que o número de contratos listados subiu de 41 para 54, acrescentando-se R\$ 9.277.752,05 ao valor total dos contratos firmados. Entretanto, mesmo com o acréscimo de R\$ 9.277.752,05, o valor total dos contratos firmados constante da segunda lista (R\$ 19.437.910,63), ficou inferior ao total dos contratos informados na primeira lista apresentada (R\$ 19.938.733,54). Isto porque, apesar do acréscimo de contratos e valores, na segunda relação enviada, a maioria dos contratos indicados na relação anterior teve seu valor alterado consideravelmente para baixo. A pregoeira solicitou esclarecimentos à empresa, mas a licitante não informou a razão de ter diminuído os valores dos contratos, na segunda lista apresentada. Ao analisar a situação, a pregoeira entendeu que, ainda que tenha ocorrido algum fato superveniente que justificasse a diminuição do valor dos contratos, como supressões, p. ex., deveriam ser considerados para a análise da qualificação econômica e financeira da empresa os valores vigentes na data da apresentação da proposta, ou seja, os valores constantes da primeira lista apresentada, acrescidos dos valores correspondentes aos contratos posteriormente incluídos. Desta maneira, a pregoeira refez os cálculos, tendo concluído que o valor total dos contratos firmados pela empresa, vigentes na data da apresentação da proposta é de R\$ 28.931.764,59. De conformidade com o item 7.7.9 do edital, é exigência para a qualificação econômica e financeira da empresa, que o valor correspondente a 1/12 dos contratos firmados, vigentes na data da apresentação da proposta, não pode ultrapassar o valor do seu patrimônio líquido. O



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

patrimônio líquido da empresa, constante do Balanço Comercial apresentado, é de R\$ 2.106.145,40. 1/12 dos contratos firmados, vigentes na data da apresentação da proposta, considerando os R\$ 28.931.764,59 calculados pela pregoeira, montam em R\$ 2.410.980,38., superior ao patrimônio líquido da empresa. *Diante disso, Nacional Soluções e Serviços Eireli, foi inabilitada, pois concluiu-se que não atende a todos os requisitos de qualificação econômica e financeira elencados no edital.* Detalhes sobre como a pregoeira chegou a este valor constam do histórico do Lote 1, baixado do portal de compras licitações-e. Quanto à diligência realizada no intuito de verificar o enquadramento sindical da empresa, para sua finalização seria necessária a complementação da documentação enviada. No entanto, diante da inabilitação de Nacional, tal procedimento não foi finalizado, porquanto inócuo. Planilha com resultado parcial da diligência realizada foi autuada sob nº 35898-2019-348. DOU FÉ.

(Grifamos)

(XI) Proposta da empresa *Direcional Gestão de Serviços Eireli* – Lote n. 1 e documentos pertinentes (doc. n. 35898-2019-350/352);

(XII) documentos de habilitação da empresa *Direcional Gestão de Serviços Eireli* (doc. n. 35898-2019-353);

(XIII) declaração de Contratos atualizada (doc. n. 35898-2019-354);

(XIV) Certidão da Sra. Pregoeira, nos seguintes termos (doc. n. 35898-2019-355):

Certifico que foi realizada diligência junto à empresa DIRECIONAL GESTÃO DE SERVIÇOS EIRELI, no sentido da atualização dos dados constantes do documento “Declaração de Contratos Firmados” (item 7.7.9.1.1. do edital), para se fazer mencionar os contratos vigentes na data da apresentação da proposta, que se deu em 13/01/2021, uma vez que a licitante havia apresentado, a princípio, declaração em que constavam os contratos vigentes na data da abertura da licitação, o que ocorreu em 09/06/2020. A Declaração atualizada foi juntada aos autos sob nº doc. 35898-2019-354. DOU FÉ.

(XV) mensagem eletrônica da Sra. Pregoeira à supracitada empresa solicitando-lhe o envio de termos contratuais ali consignados (doc. n. 35898-2019-356), seguida de resposta e de documentos pertinentes (doc. n. 35898-2019-357/382);

(XVI) Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP em relação à empresa *Direcional Gestão de Serviços Eireli* (doc. n. 35898-2019-383);



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

(XVII) mensagem eletrônica entre a Sra. Pregoeira e a citada empresa acerca da análise de termos contratuais (doc. n. 35898-2019-384);

(XVIII) informações complementares da empresa (doc. n. 35898-2019-385);

(XIX) Resultado da diligência realizada com a finalidade de aferir o enquadramento sindical da empresa *Direcional Gestão de Serviços Eireli*, arrematante do Lote 1 do PE 23/2019 (doc. n. 35898-2019-386):

1 – Da decisão da Autoridade Competente

A autoridade competente, por ocasião do julgamento do recurso impetrado por *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli*, no âmbito do lote 4 deste pregão, determinou o retorno dos autos à fase de julgamento da proposta, com a finalidade de se aprofundar a análise relativa à CCT que embasou a proposta apresentada pela licitante Santa Fé Serviços Eireli, buscando-se definir a pertinência, ou não, de sua utilização.

Sugeriu, para tanto, realização de diligência junto à licitante, no sentido de se aferir o quantitativo de trabalhadores dedicados a cada uma das atividades que exerce, **“de modo que o grupo que possuir maior número indicará a atividade preponderante da empresa”**.

Tal decisão se deu em razão do fato de que *Santa Fé Serviços Eireli*, às vésperas da abertura da presente licitação, alterou seu ato constitutivo e seu CNPJ, no sentido de acrescentar a seu objeto social, como atividade principal, a de “fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros” - CNAE 78.30-2-00, tendo baseado sua proposta na CCT correspondente, pactuada entre SINSEHT/SINTAPPI, convenção esta diferente daquela na qual baseou todos os contratos que firmou com este Regional nos últimos anos (CCT SEAC/SINDEAC), e que prevê o pagamento de salários mais baixos.

Ao analisar a documentação encaminhada pela atual arrematante do Lote 1, *Direcional Gestão de Serviços Eireli*, a pregoeira encontrou similaridade entre a situação desta empresa e a da empresa Santa Fé Serviços Eireli, uma vez que Direcional também alterou seu ato constitutivo e CNPJ pouco antes da abertura deste certame, em 12/05/2020, no sentido de acrescentar a seu objeto social, como atividade principal, a de “fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros” - CNAE 78.30-2-00.

A diferença, no caso, é que *Direcional Gestão de Serviços Eireli*, apesar de ter, em seu CNPJ e ato constitutivo, como atividade principal o “fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros” - CNAE 78.30-2-00, apresentou a CCT SEAC, sindicato que representa as empresas do ramo de asseio e conservação.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Diante das dúvidas surgidas e atenta ao princípio da isonomia, esta pregoeira realizou a diligência indicada pela autoridade competente também quanto à empresa *Direcional Gestão de Serviços Eireli*.

2 – Da Diligência

Com a finalidade de aferir o quantitativo de trabalhadores dedicados a cada uma das atividades exercidas pela empresa, a pregoeira analisou a GFIP/SEFIP, ref. Dez/2021, enviada pela arrematante juntamente com sua proposta, em conjunto com os contratos de prestação de serviços que a empresa tem vigentes, listados na “Relação de Compromissos Assumidos” - item 7.7.9.1.1 do edital.

A fim de ter acesso aos contratos firmados pela empresa, a pregoeira pesquisou junto aos sites dos entes públicos tomadores dos serviços e diligenciou junto à empresa no sentido de que efetuassem o envio dos contratos firmados com a iniciativa privada e daqueles firmados com entes públicos e não encontrados pela pregoeira em suas buscas na internet.

A GFIP/SEFIP, documento que contempla a relação de todos os tomadores de serviços e trabalhadores da empresa, se presta à verificação de quantos contratos a empresa tem vigentes, do quantitativo de funcionários vinculado a cada um desses contratos, e do quantitativo total de funcionários da empresa.

Somente por meio dos contratos, é possível verificar as atividades exercidas pelos trabalhadores alocados em cada contrato/tomador de serviço, uma vez que tal informação não consta da GFIP/SEFIP.

3 – Do Resultado da Diligência

Por meio da GFIP/SEFIP encaminhada pela empresa constatou-se que a mesma empregava, em dezembro/2020, mês de referência do documento analisado, um total de 201 trabalhadores, sendo 10 deles vinculados à tomadora *Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EMBRAPA*.

Ocorre que o contrato que a empresa tinha firmado com a *EMBRAPA* se encerrou em dezembro/2020 e, em razão de não estar atualmente vigente, foi desconsiderado pela pregoeira em suas análises.

Em função disso, para fins de realização da diligência, foi considerado que *Direcional* tem 191 funcionários em seu quadro, 10 a menos que o total informado na GFIP/SEFIP.

Destes 191 trabalhadores, 184 são vinculados a 23, dos 26 contratos analisados (vide planilha anexa a este relatório), e 7 são vinculados à própria *Direcional*.

Importante frisar que, conforme informações prestadas pela licitante (vide e-mail com esclarecimentos da empresa), uma das funcionárias que consta na GFIP/SEFIP como vinculada à própria *Direcional*, é prestadora de serviços de faxina em três locais/tomadores, quais sejam, Condomínio Olimpo, Condomínio Frederico Ernesto e Mitra Arq. Paróquia S. Lúcia.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Assim, temos que, dos 7 funcionários que aparecem vinculados à Direcional na SEFIP, 1 presta serviços de faxina para os tomadores acima elencados, e os demais fazem parte do quadro administrativo da empresa.

Da análise de toda a documentação mencionada, concluiu-se que os 191 funcionários da empresa estão distribuídos da seguinte forma:

| | |
|---------------------------------------|------------|
| Servente/Faxineiro/ Aux. Serv. Gerais | 87 |
| Porteiro | 76 |
| Recepcionista | 12 |
| Contínuo | 5 |
| Jardineiro | 3 |
| Motociclista | 2 |
| Administração | 6 |
| TOTAL | 191 |

Como se vê, o grupo de trabalhadores mais expressivo da licitante está relacionado às atividades de limpeza e conservação, sendo esta, portanto, a atividade preponderante da empresa, ainda que conste em seu CNPJ se tratar de atividade secundária.

Ante o exposto, conclui-se que os acordos coletivos nos quais Direcional Gestão de Serviços Eireli embasou sua proposta, firmados entre o SEAC (Sindicato das Empresas e Asseio e Conservação do Estado de Minas Gerais), e entidades representativas dos profissionais em municípios do interior do Estado são adequados e pertinentes ao enquadramento da licitante.

(Grifamos)

(XX) CI n. SELPD/SLST/020/2021, por meio da qual a Secretaria de Liquidação e Pagamento de Despesas (SELPD) traz a lume a análise técnica da proposta apresentada pela empresa *Direcional Gestão de Serviços Eireli*, nos seguintes termos (doc. n. 35898-2019-387):

[...]

Considerando as análises realizadas, tendo em vista que erro no preenchimento da planilha não será motivo de desclassificação da proposta, quando puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado (subitem 9.8 do Edital), recomenda-se a realização de diligência junto à arrematante para sejam ajustadas suas planilhas de custos e formação de preços e/ou apresentadas justificativas/comprovações em relação às inconsistências apontadas:

[...]

Assim, para efeito de comprovação de exequibilidade do preço ofertado (subitem 9.5 do edital), recomenda-se obter junto à arrematante a declaração formal de que, mesmo com a cotação de percentual de 0% (zero por cento) no item “Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade” (Submódulo 4.1) para os postos de Porteiro em todas localidades do Lote 1, esta se obriga a suportar os



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

custos de reposição em decorrência de eventual ausência de empregada por 120 (cento e vinte) ou por 180 (cento e oitenta) dias quando do nascimento, da adoção e da guarda de filho (art. 7º, XVIII da CF/88; art. 392 da CLT; arts. 71 a 73 da Lei nº 8.213/91; art. 86 da IN RFB nº 971/2009).

[...]

Assim, para efeito de comprovação de exequibilidade do preço ofertado (subitem 9.5 do edital), recomenda-se obter junto à arrematante a declaração formal de que esta se obriga a fornecer todos os materiais de limpeza indicados no edital, além de outro(s) que se fizer(em) necessário(s) para a prestação dos serviços, nos quantitativos adequados para o atendimento da demanda das unidades deste Tribunal (subitem 1.6 do Anexo IV do Termo de Referência), posto que a estimativa dos quantitativos de materiais de limpeza a serem fornecidos e dos respectivos preços cotados é de sua responsabilidade (subitem 1.5 do Anexo IV do Termo de Referência).

2.7. A planilha demonstrativa apresentada de apuração dos percentuais médios de recolhimento do PIS e da COFINS nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta se refere ao período de junho/2019 a maio/2020. Por sua vez, foram apresentadas as cópias do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições referentes ao período de julho/2019 a junho/2020. Para correta conferência das alíquotas utilizadas, é necessária a apresentação também do recibo de entrega da competência junho/2019.

Apesar de não haver vedação legal para tanto (Acórdão TCU nº 325/2007 – Plenário) e tal fato isolado não conduzir necessariamente à inexecutabilidade da proposta (item 9.3 do anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 05/2017), cabe ressaltar que os custos indiretos (item 6 A) e o lucro (item 6 B) cotados (0,80% e 0,50%, respectivamente) mostram-se consideravelmente inferiores aos percentuais adotados como parâmetro para o orçamento estimado da contratação (3,00% e 6,79%, respectivamente).

(Grifamos)

(XXI) CI n. SCC/SEPEOC 001/2021, por meio da qual a Secretaria de Planejamento e Execução Orçamentária e Contabilidade (SEPEOC) assim consignou (Lote 01 – Análise de demonstrações – *Direcional Gestão de Serviços Eireli*) (doc. n. 35898-2019-388):

Contratos firmados x patrimônio líquido

A empresa procurou demonstrar que o patrimônio líquido é superior a um doze avos do volume financeiro dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou iniciativa privada. No cálculo a empresa multiplica o valor do PL por 12 e divide esse resultado pelo valor total dos contratos, obtendo um índice igual a 1,79. Esse resultado indica que o PL é 1,79 vezes maior que um doze avos do valor total



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

dos contratos firmados, estando atendida a condição do item 7.7.9 do edital. Ressalvamos aqui o fato de que a declaração de contratos apresentada possui uma coluna de nome “valor total do contrato” e outra de nome “valor real”. A empresa utilizou os valores da primeira coluna. Não há no documento alguma explicação acerca da opção pelo uso desse montante, bem como para a existência da coluna “valor real”. Ressalvamos também que o item 7.7.9 do edital menciona que a declaração deve apresentar os contratos firmados “vigentes na data da apresentação da proposta”. Na declaração constante da documentação enviada para análise consta 15/01/2021 como data de atualização. Não há informação se essa é a data da apresentação da proposta. Submetemos essa questão à análise da SELC.

Contratos firmados x Receita Bruta da DRE

Em relação ao disposto no item 7.7.9.2 do edital, a empresa relatou as causas para a diferença verificada entre o valor da receita bruta de 2019 e o volume financeiro da relação de compromissos assumidos.

A diferença apurada pela empresa foi de 18,37% e se refere, em linhas gerais segundo a mesma, à movimentação relacionada à assunção e supressão/encerramento de compromissos ao longo dos anos envolvidos, 2019/2020.

Há que se ressaltar que a receita bruta da DRE referente a 2019 refere-se à receita auferida durante o decurso de tempo de todo o ano civil de 2019 enquanto a relação de compromissos refere-se ao volume financeiro dos contratos em vigor na data de 15 de janeiro de 2021.

Em nossos cálculos encontramos o mesmo valor de 18,37% de variação, usando a fórmula: $(\text{Receita Bruta da DRE} - \text{Valor da Declaração}) / \text{Receita Bruta}$.

Entretanto, considerando o disposto no item 7.7.9.2 do edital, ficamos em dúvida se essa é a metodologia de cálculo correta.

O item menciona: diferença “entre o valor total constante na declaração ... e a receita bruta”. Assim, levantamos a hipótese de que a fórmula poderia ser: $(\text{Valor da Declaração} - \text{Receita Bruta da DRE}) / \text{Valor da Declaração}$. Neste caso, a variação seria negativa no valor de 22,51%.

(XXII) CI n. SEAA /010/2021, por meio da qual a Secretaria de Apoio Administrativo (SEAA) exarou parecer técnico no seguinte sentido (*Direcional Gestão de Serviços Eireli*) (doc. n. 35898-2019-389):

Pois bem, após análise dos documentos enviados a esta Secretaria, verificamos que a arrematante em questão comprovou atender todos os requisitos atinentes à qualificação técnica exigidos no item 7.8 do Edital, conforme relatório detalhado anexado ao presente expediente.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

(XXIII) proposta ajustada da empresa *Direcional Gestão de Serviços Eireli* (doc. n. 35898-2019-390);

(XXIV) CI n. SELPD/SLSTE/028/2021, por intermédio da qual a SELPD apresentou considerações a respeito das planilhas de custos e formação de preços apresentadas pela empresa (2ª Análise da proposta), destacando a permanência de inconsistências (doc. n. 35898-2019-391);

(XXV) proposta ajustada da citada empresa (doc. n. 35898-2019-392);

(XXVI) CI n. SELPD/SLSTE/038/2021, por meio da qual a SELPD assim esclareceu (3ª Análise) (doc. n. 35898-2019-393):

Após exame e interpretação dos documentos acima listados, seguem considerações a respeito dos ajustes realizados nas planilhas de custos e formação de preços apresentadas pela arrematante:

1.1. Todos os valores inseridos nas planilhas foram ajustados, de modo a observar a manutenção de duas casas decimais no valor unitário do objeto contratual (subitem 8.5.1 do edital).

1.2. O Salário-base do posto de trabalho de Porteiro, na localidade de Sete Lagoas/MG, foi ajustado para R\$ 1.455,69 de acordo com o valor fixado pela Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) MG000939/2019 – SINDESETH.

Após a diligência, constatou-se que não há inconsistências a serem sanadas no preenchimento das planilhas, tendo sido realizadas as adequações necessárias, sem majoração do valor inicial da proposta. Todos os demais itens permaneceram inalterados.

[...]

Assim sendo, conclui-se que as planilhas de custos e formação de preços apresentadas detêm a coerência matemática necessária para expressar a composição dos custos unitários do preço global da proposta da empresa *Direcional Gestão de Serviços Eireli*, arrematante do Lote 1 do Pregão Eletrônico nº 23/2019.

(Grifamos)

(XXVII) proposta da empresa *Real JG Facilities Eireli* e documentos pertinentes (Lote n. 4) (doc. n. 35898-2019-394/395);

(XXVIII) documentos afetos à habilitação da citada empresa (doc. n. 35898-2019-396);

(XXIX) CI n. SELPD/SLSTE/309/2020 - *Real JG Facilities Eireli*, com o seguinte teor (doc. n. 35898-2019-397):



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Considerando as análises realizadas, tendo em vista que erro no preenchimento da planilha não será motivo de desclassificação da proposta, quando puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado (subitem 9.8 do edital), recomenda-se a realização de diligência junto à arrematante para sejam ajustadas as planilhas de custos e formação de preços e/ou apresentadas justificativas/comprovações em relação às inconsistências apontadas:

2.1. Não foi observada a manutenção de duas casas decimais no valor unitário do objeto contratual (subitem 8.5.1 do edital). Para tanto, deve ser utilizada a função “ARRED” no Excel em todos os valores inseridos nas planilhas, notadamente aqueles do Módulo 1 – Composição da Remuneração e do Módulo 5 – Insumos Diversos.

2.2. Indicou-se 01/01/2019 como data-base de todas as categorias, o que está em desconformidade com o instrumento coletivo indicado para o posto de trabalho de Impressor Gráfico. Conforme Cláusula Primeira da CCT MG003116/2019, a data-base da categoria é fixada em 01º maio.

2.3. O seguro de vida (item 2.3 D) foi cotado no valor de R\$ 2,75 para todos os postos de trabalho. Para efeito de comprovação de exequibilidade do preço ofertado (subitem 9.5 do edital), recomenda-se a apresentação de apólice de seguro de vida em grupo contratado nos termos do instrumento coletivo indicado na proposta.

2.4. Foi utilizado o percentual de 1,01% para o cálculo do custo com Substituto na cobertura de Férias (item 4.1 A) para todos os postos de trabalho. Dessa forma, o valor cotado é insuficiente para suportar todos os custos de reposição em decorrência do período de férias e está em desacordo com o subitem 15.11. do edital, que prevê o percentual de 9,09% a título de férias a ser retido em conta vinculada.

[...]

Apesar de não haver vedação legal para tanto (Acórdão TCU nº 325/2007 – Plenário) e tal fato isolado não conduzir necessariamente à inexecutabilidade da proposta (item 9.3 do anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 05/2017), cabe ressaltar que os custos indiretos (item 6 A) e o lucro (item 6 B) cotados (1,00% e 0,81%, respectivamente) mostram-se consideravelmente inferiores aos percentuais adotados como parâmetro para o orçamento estimado da contratação (3,00% e 6,79%, respectivamente).

[...]

(XXX) CI n. SEAA/321/2020, por meio da qual a SEAA assim se manifesta a respeito da documentação apresentada pela empresa (doc. n. 35898-2019-398):

Pois bem, após análise dos documentos enviados a esta Secretaria, verificamos que a arrematante em questão comprovou atender todos os requisitos atinentes à qualificação técnica exigidos no item 7.8 do



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Editais, conforme relatório detalhado anexado ao presente expediente.

Contudo, cumpre destacar que notamos que todos os atestados apresentados foram emitidos em nome da razão social Real JG Serviços Eireli. Lado outro, as declarações trouxeram como identificação a razão social Real JG Facilities Eireli, de modo que sugerimos, s.m.j., seja realizada consulta ao cadastro social com vistas a verificar a regularidade da referida alteração de nomenclatura. Na oportunidade, segue juntado ao presente expediente o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral emitido pela Receita Federal, por meio do qual a empresa se apresenta como Real JG Facilities Eireli, tendo como atividade econômica principal o fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros.

(XXXI) CI n. SCCP/SEPEOC/007/2020 da qual é válida destacar a seguinte informação da SELPD (*Real JG Serviços Gerais Eireli* - doc. n. 35898-2019-399):

6 – Conclusão

A divergência apurada quanto à razão social da empresa foi sanada, uma vez que a pregoeira certificou se tratar da mesma pessoa jurídica. O valor apresentado para a receita bruta de 2019, apesar de divergente do nosso cálculo, afeta o percentual apurado, porém não afeta o seu objetivo, pois o mesmo mostrou-se superior a 10%, nos dois casos. Quanto à justificativa apresentada pela empresa para o percentual das contratações superior a 10%, seria pertinente apurar junto a ela os motivos pelos quais são citadas as demonstrações do exercício de 2018, quando o correto seriam justificativas de fatos ocorridos que influenciariam a variação do percentual em 2019, embasadas nas demonstrações de 2019.

(XXXII) diligência em relação à qualificação econômico-financeira da empresa *Real JG Facilities Eireli* (doc. n. 35898-2019-400);

(XXXIII) Relatório de Análise de Qualificação Econômica e Financeira – CI n. SCCP/SEPEOC /010/2020, com o seguinte teor (*Real JG Serviços Gerais Eireli*) (doc. n. 35898-2019-401):

3- Conclusão Considerando as correções apresentada[s] pela empresa, concluímos pertinentes as novas justificativas. Os fatos mencionados (repactuação dos contratos, assinatura de novos contratos e encerramento de outros contratos) favorecem a variação do índice, pois seus reflexos (positivos ou negativos) não estão, ainda, na DRE. Somente nos demonstrativos de 2020 estará demonstrado o impacto desses eventos sobre o resultado da empresa.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

(XXXIV) Certidão da Sra. Pregoeira, conforme segue (doc. n. 35898-2019-402):

[...] REAL JG FACILITIES EIRELI foi desclassificada no Lote 4, pois apresentou proposta inexequível, conforme declaração da própria empresa, por meio de mensagem enviada via chat licitações-e em 15/12/2020, às 17:53hs, com o seguinte teor: “Após realização dos ajustes solicitados em nossa proposta de preço, verificamos a inexequibilidade na execução dos serviços propostos. Diante do exposto, pedimos nossa desclassificação para o grupo em tela”. DOU FÉ.

(XXXV) proposta da empresa *Prisma Gestão de Segurança e Serviços Ltda.* e documentos pertinentes (Lote 04) (doc. n. 35898-2019-403/405);

(XXXVI) documentos relativos à habilitação da empresa (doc. n. 35898-2019-406/407);

(XXXVII) Certidão da Sra. Pregoeira sobre a inabilitação da empresa *Prisma Gestão de Segurança e Serviços Ltda.* (doc. n. 35898-2019-408):

Certifico que PRISMA GESTÃO DE SEGURANÇA E SERVIÇOS foi inabilitada no Lote 4, pois não apresentou as declarações constantes dos itens 7.8.1.3 (Anexo XII do TR) e 7.8.3 (Escritório), indispensáveis à comprovação de sua qualificação técnica. A licitante também não apresentou a Declaração constante do Anexo I do Edital. DOU FÉ.

(XXXVIII) Certidão da Sra. Pregoeira, com o seguinte teor (doc. n. 35898-2019-409):

Certifico que, em razão da ocorrência de “empate ficto”, foi ofertado à licitante M R SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS EIRELI, décima quinta classificada no Lote 4, categorizada no segmento de microempresa, o direito de preferência na contratação, nos termos da Lei Complementar 123/2006. Assim, a referida empresa se manifestou no sentido de cobrir a proposta da sétima classificada, NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, passando, assim, na sua frente, na ordem de classificação. Embora tenha se manifestado neste sentido, M R SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS EIRELI não enviou sua proposta, tendo sido, portanto, desclassificada. DOU FÉ.

(XXXIX) mensagem eletrônica da empresa *MR Serviços e Empreendimentos Eireli*, indicando as razões pelas quais deixou de enviar a proposta dentro do prazo concedido (doc. n. 35898-2019-410);



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

(XL) proposta da empresa *Nacional Serviços Integrados Ltda.* para o Lote n. 4 e documentos correlatos (doc. n. 35898-2019-411/412);

(XLI) documentos concernentes à habilitação da citada empresa (doc. n. 35898-2019-413/419);

(XLII) Certidão versando sobre a desclassificação da empresa *Nacional Serviços Integrados Ltda.* (doc. n. 35898-2019-420):

Certifico que NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS foi desclassificada no Lote 4, pois, apesar de ter enviado a proposta nos moldes exigidos no edital, a mesma não foi assinada pelo representante legal da empresa; Em atendimento ao item 8.5.3.8 do edital, a empresa apresentou planilha com a média das alíquotas de PIS e COFINS dos 12 meses que antecederam a apresentação da proposta. No entanto, não foram enviadas cópias dos Registros Fiscais, ou dos Recibos de entrega da ECD, referentes aos 12 meses anteriores à apresentação da proposta, conforme exigência editalícia para as empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa; A licitante também não enviou a Declaração de Elaboração Independente da Proposta (Anexo XIII do edital). Quanto à habilitação, verificou-se que a empresa não apresentou a alteração mais recente do seu ato constitutivo, e o documento também não estava disponível no SICAF; Verificou-se, ainda, que a empresa possui pendência junto ao FGTS. DOU FÉ.

(Grifamos)

(XLIII) proposta da empresa *Soluções Serviços Terceirizados Eireli* e documentos pertinentes (doc. n. 35898-2019-421/422);

(XLIV) documentos atinentes à habilitação da empresa acima referida (doc. n. 35898-2019-423/424);

(XLV) Análise Técnica da proposta apresentada pela empresa *Soluções Serviços Terceirizados Eireli* – Lote n. 4 (Cl n. SELPD/SLSTE/019/2021), a seguir parcialmente transcrita (doc. n. 35898-2019-425):

1.1. A proposta foi apresentada conforme disposições das mesmas Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) adotadas como parâmetro para o orçamento estimado da contratação, firmadas entre SEAC/MG e sindicatos representativos das respectivas categorias profissionais, quais sejam: CCT MG000034/2019 – SINDEAC (Belo Horizonte); CCT MG000128/2019 – FETHEMG (Pedro Leopoldo); CCT MG000344/2019 – SINDIASSEIO (Betim, Contagem, Nova Lima, Ribeirão das Neves, Sabará, e Santa Luzia); e, para o posto de trabalho de Impressor Gráfico, foi utilizada a CCT MG003116/2019, firmada entre STIG-MG e SIGEMG, por se tratar



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

de categoria profissional diferenciada, nos termos do art. 511 da CLT, conforme art. 2º do estatuto social do STIG-MG.

[...]

Considerando as análises realizadas, tendo em vista que erro no preenchimento da planilha não será motivo de desclassificação da proposta, quando puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado (subitem 9.8 do edital), recomenda-se a realização de diligência junto à arrematante para sejam ajustadas as planilhas de custos e formação de preços e/ou apresentadas justificativas/comprovações em relação às inconsistências apontadas:

2.1. Não foi observada a manutenção de duas casas decimais nos valores inseridos nas planilhas. Para tanto, deve ser utilizada a função “ARRED” no Excel em todos os itens, notadamente aqueles do Módulo 01 – Composição da Remuneração e do Módulo 05 – Insumos Diversos.

2.2. O seguro de vida (item 2.3 D) foi cotado no valor de R\$ 2,73 para todos os postos de trabalho. Para efeito de comprovação de exequibilidade do preço ofertado (subitem 9.5 do edital), recomenda-se a apresentação de apólice de seguro de vida em grupo contratado nos termos do instrumento coletivo indicado na proposta.

2.3. A Contribuição Assistencial Patronal – CAP (item 2.3 E) foi cotada no valor de R\$ 0,79 para o posto de trabalho de Contínuo, em desconformidade com a previsão da respectiva CCT utilizada na elaboração da proposta.

Apesar de não haver vedação legal para tanto (Acórdão TCU nº 325/2007 – Plenário) e tal fato isolado não conduzir necessariamente à inexecutabilidade da proposta (item 9.3 do anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 05/2017), cabe ressaltar que os custos indiretos (item 6 A) e o lucro (item 6 B) cotados (0,68% e 0,71%, respectivamente) mostram-se consideravelmente inferiores aos percentuais adotados como parâmetro para o orçamento estimado da contratação (3,00% e 6,79%, respectivamente).

Exposto isso, ressalta-se a previsão editalícia de que é de exclusiva responsabilidade da licitante dimensionar e equacionar os componentes do preço ofertado, inclusive encargos trabalhistas, sociais e tributos incidentes, não podendo a licitante alegar posteriormente desconhecimento de fatos ou erros no preenchimento da Planilha, como fundamento para solicitar reequilíbrio econômico-financeiro da proposta/contrato.

[...]

(XLVI) CI n. n. SEAA/011/2021, por meio da qual a SEAA assim se manifesta quanto à qualificação técnica da empresa (doc. n. 35898-2019-426):

Pois bem, após análise dos documentos enviados a esta Secretaria, verificamos que a arrematante em questão comprovou atender todos os requisitos atinentes à qualificação técnica exigidos no item 7.8 do



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Edital, conforme relatório detalhado anexado ao presente expediente.

(XLVII) CI n. SCC/SEPEOC 002/2021, da qual impende destacar o seguinte (doc. n. 35898-2019-427):

[...]

Contratos firmados x patrimônio líquido

[...]

Ressalvamos que o item 7.7.9 do edital menciona que a declaração deve apresentar os contratos firmados “vigentes na data da apresentação da proposta”. Na declaração constante da documentação enviada para análise consta 13/01/2021 como data do documento. Não há informação se essa é a data da apresentação da proposta. Submetemos essa questão à análise da SELC.

Contratos firmados x Receita Bruta da DRE

Em relação ao disposto no item 7.7.9.2 do edital, não localizamos a memória de cálculo da empresa. Em nossos cálculos encontramos uma diferença equivalente a 0,3% entre o montante da declaração de contratos firmados e o valor da receita bruta da DRE.

Esse resultado, conforme item 7.7.9.2 do edital, dispensa justificativas, as quais, entretanto, foram apresentadas pela empresa e remetem, em linhas gerais, ao encerramento de contratos, bem como ao início de outros no período.

(XLVIII) proposta ajustada e documentos da empresa *Soluções Serviços Terceirizados – Eireli* (doc. n. 35898-2019-428/429);

(XLIX) CI n. SELPD/SLSTE/032/2021, por meio da qual a SELPD concluiu, em relação a *Soluções Serviços Terceirizados Eireli*, que (doc. n. 35898-2019-430):

Após a diligência, constatou-se que não há inconsistências a serem sanadas no preenchimento das planilhas, tendo sido realizadas as adequações necessárias, sem majoração do valor inicial da proposta, bem como apresentados os esclarecimentos solicitados. Todos os demais itens permaneceram inalterados.

Apenas para fins de registro, tendo em vista que extrapola o escopo desta análise, quanto à exequibilidade da proposta, considerando os custos indiretos (item 6 A) e o lucro (item 6 B) cotados (0,68% e 0,71%, respectivamente), informa-se que, acompanhadas do Contrato nº 113/2019, firmado entre a arrematante e o Município de Salvador, assinado em 16/10/2019, do Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 113/2019, assinado em 15/10/2020, e das planilhas de custos e formação de preços do referido contrato, foram apresentadas as seguintes informações:



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Considerando o solicita no parecer técnico, estamos enviando um contrato que pactuamos com a prefeitura de Salvador, onde comprovamos que o lucro e a administração apresentados na planilha de custos do TRT são suficientes, e a proposta de preços apresentada é exequível, pois o contrato que estamos apresentando utiliza-se de percentuais de 0,30% para a administração e 0,20% para o lucro, em complemento estamos enviando, também, o termo aditivo deste contrato que prorroga por mais 12 meses a execução, restando claro que os percentuais apresentados não interferem na exequibilidade da proposta. Por fim, declaramos que os preços ofertados são suficientes para o atendimento de toda a operacionalização do contrato.

Exposto isso, ressalta-se a previsão editalícia de que é de exclusiva responsabilidade da licitante dimensionar e equacionar os componentes do preço ofertado, inclusive encargos trabalhistas, sociais e tributos incidentes, não podendo a licitante alegar posteriormente desconhecimento de fatos ou erros no preenchimento da Planilha, como fundamento para solicitar reequilíbrio econômico-financeiro da proposta/contrato.

Assim sendo, conclui-se que as planilhas de custos e formação de preços apresentadas detêm a coerência matemática necessária para expressar a composição dos custos unitários do preço global da proposta da empresa Soluções Serviços Terceirizados Eireli, arrematante do Lote 4 do Pregão Eletrônico nº 23/2019.

(Grifamos)

(L) Certidão da Sra. Pregoeira adiante transcrita (doc. n. 35898-2019-431):

Certifico que, no que respeita à qualificação econômica e financeira das empresas DIRECIONAL GESTÃO DE SERVIÇOS EIRELI (Lote 1) e SOLUÇÕES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI (Lote 4), a área técnica, nos pareceres de nº doc. 35898-2019-388 e 35898-2019-427, fez alguns apontamentos que foram objeto de análise e diligência por parte da pregoeira, conforme consta do histórico dos lotes - chat de mensagens, de modo que as questões foram dirimidas, estando as empresas devidamente habilitadas neste quesito. DOU FÉ

(LI) Ata da Sessão Pública do Pregão e resumo eletrônico de licitações, sendo válido destacar em relação à Ata o seguinte (doc. n. 35898-2019-432):

No dia 26/02/2021, às 14:06:25 horas, no lote (1) - Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, copeiragem e apoio operacional nas dependências do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, localizadas na Capital e no Interior do Estado de Minas Gerais, em modelo de contrato por desempenho/resultado, com fornecimento de uniformes, materiais de limpeza e equipamentos de proteção individual (EPIs): REGIÃO NOROESTE, TRIÂNGULO MINEIRO,



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

ALTO PARANAÍBA E ALTO SÃO FRANCISCO, conforme especificado no edital. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa DIRECIONAL GESTAO DE SERVICOS EIRELI - EPP com o valor R\$ 2.525.691,00.

(Grifamos)

(LII) Recurso Administrativo interposto pela empresa *Santa Fé Serviços Eireli* - Lote n. 4 (doc. n. 35898-2019-433);

(LIII) Recurso Administrativo interposto pela empresa *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli* - Lote n. 4 (doc. n. 35898-2019-434);

(LIV) Contrarrazões da Empresa *Soluções Serviços Terceirizados Eireli* (doc. n. 35898-2019-435);

(LV) diligência da Sra. Pregoeira – informações prestadas pela Secretaria de Apoio Administrativo (doc. n. 35898-2019-436);

(LVI) diligência perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (doc. n. 35898-2019-437);

(LVII) resposta da Sra. Pregoeira aos recursos (doc. n. 35898-2019-438);

(LVIII) propositura de homologação pela Secretaria de Licitações e Contratos (SELC), informando que o Lote n. 1 foi adjudicado da seguinte forma (35898-2019-439):

| Lote 1 – Direcional Gestão de Serviços Eireli – CNPJ 12.572.501/0001-21 | | | |
|--|------------------|------------------|------------------------|
| Valor de Referência | Valor Arrematado | Valor Final | Percentual de Desconto |
| R\$ 2.931.132,61 | R\$ 2.525.700,00 | R\$ 2.525.691,00 | 0,00% |

Ademais, explicitando que:

Embora instada pela pregoeira a reduzir o valor de sua proposta, a empresa não negociou, sendo que a pequena redução se cuida de mero arredondamento.

Considerando-se que o valor ofertado para o lote 1 é inferior ao estimado por este Regional, tem-se que a proposta está conforme quanto ao preço.

A empresa apresentou justificativas para os baixos percentuais de lucros e custos indiretos, restando comprovada, no entendimento da pregoeira, a exequibilidade da proposta apresentada.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

A licitante está devidamente habilitada. As áreas técnicas emitiram pareceres favoráveis à conformidade da proposta e da qualificação técnica e econômica/financeira da licitante (docs. 35898-2019-388/389/393).

A pregoeira realizou diligência no intuito de aferir a pertinência da utilização da CCT SEAC como base para sua proposta, tendo concluído, conforme relatório constante de doc. 35898-2019-386, que os acordos coletivos nos quais Direcional Gestão de Serviços Eireli embasou sua proposta, firmados entre o SEAC (Sindicato das Empresas e Asseio e Conservação do Estado de Minas Gerais), e entidades representativas dos profissionais em municípios do interior do Estado são adequados e pertinentes ao enquadramento da licitante.

Não houve interposição de recurso quanto ao Lote 1.

Cumpre observar que, no que tange à empresa *Nacional Soluções e Serviços Eireli*, anterior adjudicatária do objeto do lote 1, verificou-se que a mesma não cumpre os requisitos de qualificação econômica e financeira elencados no edital, tendo sido inabilitada.

Por ocasião da realização da diligência sugerida pela autoridade competente no intuito de aprofundar a análise relativa à CCT apresentada pela empresa para embasar sua proposta (ver decisão - doc.35898-2019-239) verificou-se que a licitante, no documento “Relação de Compromissos Assumidos” - Anexo IV do edital, utilizado para verificação de sua qualificação econômica e financeira (item 7.7.9.1.1 do edital), omitiu diversos contratos que tinha vigentes à época da apresentação da proposta.

Verificado o fato, a empresa foi convocada a ajustar a planilha, para se fazer constar os contratos anteriormente omitidos. Com o acréscimo dos mencionados contratos, concluiu-se que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela empresa, vigentes na data da apresentação da proposta, ultrapassam o valor de seu patrimônio líquido, contrariando, assim, o item 7.7.9 do edital.

Relatório completo acerca dos motivos que embasaram a inabilitação da empresa, se encontra autuado sob nº 35898-2019-349.

Convocada pela pregoeira a esclarecer o motivo da omissão dos contratos na planilha apresentada inicialmente, *Nacional Soluções e Serviços* não apresentou justificativa plausível para tanto, limitando-se a dizer que tais contratos não estavam vigentes na data da apresentação da proposta, o que não é verdade.

Considerando-se que não ficou esclarecido, por ocasião do certame, o motivo da omissão dos referidos contratos na listagem exigida no edital, será instaurado procedimento administrativo, com base no art. 7º da Lei 10.520/2012, visando a apuração da conduta da licitante, no intuito de verificar se houve, ou não, intenção de fraudar a licitação.

[...]



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Quanto ao lote 4, houve interposição de recurso, sendo que a decisão da pregoeira se encontra juntada aos autos (doc. 35898-2019-438).

(Grifamos)

Pois bem.

Os atos de adjudicação e homologação são praticados na última etapa de um procedimento licitatório. Em regra, são os atos que encerram a licitação, dando ensejo a que, em um momento seguinte, a Administração realize o seu objetivo final, que é a contratação.

Adjudicar significa *“dar ou entregar por sentença; entregar em hasta pública (ao maior licitante); declarar judicialmente que (uma coisa) pertence (a alguém)”*⁵. Nas licitações, adjudicar significa entregar o objeto do certame ao licitante que, atendendo as condições estabelecidas, apresentou a melhor oferta para a Administração.

Por sua vez, homologar significa *“confirmar, aprovar por autoridade judicial ou administrativa; conformar-se com”*⁶. É o ato por meio do qual a autoridade competente, na convicção de que o processo da contratação realizou-se na conformidade legal, isento de vícios, e de que permanecem a conveniência e a oportunidade reconhecidas no momento da autorização para a abertura do certame, aprova-o.

Noutros termos, a homologação é ato de controle, pelo qual a autoridade superior convalida o procedimento, reconhecendo terem sido observadas as formalidades legais e que o resultado atende aos interesses da Administração. Como bem observa Lúcia Valle Figueiredo⁷, *“o julgamento da Comissão não é mero parecer ou sugestão. É um juízo de valor técnico, que a autoridade superior não pode desconhecer”*.

Dito isso, cumpre consignar que, ao receber o processo da licitação, a autoridade administrativa tem três alternativas: a) homologar o procedimento, se reconhecer que está conforme com a Lei e as regras do edital, conferindo, com isso, eficácia ao julgamento e à adjudicação; b) anular a licitação, total ou parcialmente, se constatar ilegalidade ou irregularidade que comprometa sua validade; c) revogar o procedimento, se demonstrar inconveniência para o interesse público, decorrente de fato superveniente à abertura do certame.

5 FERNANDES, Francisco. *Dicionário brasileiro Globo/Francisco Fernandes, Celso Pedro Luft, F. Marques Guimarães*. 30. ed. São Paulo: Globo, 1993.

6 *Id.*

7 in *Direitos dos Licitantes*, 2ª ed., Ed. Revista dos Tribunais, p. 83.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

No caso em apreço, inicialmente figurou como adjudicatária do Lote n. 1 a empresa *Nacional Soluções e Serviços Eireli* (doc. n. 35898-2019-237).

Nada obstante, esta Assessoria, antes de promover análise quanto à homologação do referido Lote, reputou necessária a realização de diligências a cargo da Sra. Pregoeira (doc. n. 35898-2019-237), o que foi determinado pela autoridade superior (doc. n. 35898-2019-239).

E, como se viu, no curso das diligências, a Sra. Pregoeira constatou que, por razões outras, a empresa deveria ser inabilitada do certame (doc. n. 35898-2019-349).

De outro tanto, a SEAA exarou parecer técnico concluindo que a empresa *Direcional Gestão de Serviços Eireli* comprovou atender todos os requisitos atinentes à qualificação técnica exigidos no instrumento convocatório (doc. n. 35898-2019-389).

Além disso, a SELPD consignou que “*as planilhas de custos e formação de preços apresentadas detêm a coerência matemática necessária para expressar a composição dos custos unitários do preço global da proposta da empresa Direcional Gestão de Serviços Eireli, arrematante do Lote 1 do Pregão Eletrônico nº 23/2019*”. (doc. n. 35898-2019-393).

É de se notar que, de forma diligente, a Pregoeira examinou a situação do enquadramento sindical da empresa concluindo que “*os acordos coletivos nos quais Direcional Gestão de Serviços Eireli embasou sua proposta, firmados entre o SEAC (Sindicato das Empresas e Asseio e Conservação do Estado de Minas Gerais), e entidades representativas dos profissionais em municípios do interior do Estado são adequados e pertinentes ao enquadramento da licitante*” (doc. n. 35898-2019-386).

Quanto ao Lote n. 4, examinados os recursos nos termos acima explicitados, esta Assessoria também se reporta à análise técnica promovida pela SELPD, tendo a Secretaria concluído que foram promovidas pela empresa *Soluções Serviços Terceirizados Eireli* as adequações necessárias no preenchimento das planilhas “*sem majoração do valor inicial da proposta, bem como apresentados os esclarecimentos solicitados*” (doc. n. 35898-2019-430).

Frisa, também, a constatação, pela SEAA, quanto ao atendimento de todos os requisitos atinentes à qualificação técnica exigidos no item 7.8 do Edital (doc. n. 35898-2019-426).

Destarte, no caso em apreço, pelo que se expôs, conclui-se que foram observados os requisitos legais pertinentes, estando o processo apto à adjudicação e homologação pela autoridade competente no que diz respeito



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

aos Lotes n. 1 e n. 4 (art. 27, Decreto n. 5.450/2005; art. 38, Lei n. 8.666/1993).

À vista do exposto, submeto o processo licitatório à consideração de V. S^a, propondo o seu encaminhamento ao Exmo. Desembargador Presidente deste Regional, para fins de:

a) **ratificar** a decisão da Pregoeira que adjudicou o objeto licitado - Lote n. 1 à empresa *Direcional Gestão de Serviços Eireli*, pelo valor anual de R\$ 2.525.691,00 (dois milhões, quinhentos e vinte e cinco mil e seiscentos e noventa e um reais);

b) **ratificar** a decisão da Sra. Pregoeira que conheceu e negou provimento aos Recursos interpostos pelas empresas *Santa Fé Serviços Eireli* e *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli* e, ainda **adjudicar** o objeto licitado - Lote n. 4 à empresa *Soluções Serviços Terceirizados* pelo valor anual de R\$ 10.787.738,04 (dez milhões, setecentos e oitenta e sete mil, setecentos e trinta e oito reais e quatro centavos);

c) **homologar** o Pregão Eletrônico n. 23/2019;

d) **autorizar** a emissão das respectivas notas de empenho;

e) **encaminhar** os autos à SELC para lançamento do ato no sistema eletrônico conveniado e adoção das demais providências pertinentes, nos termos da Lei n. 8.666/1993 (art. 43, VI) e do Decreto n. 5.450/2005 (art. 27).

Belo Horizonte, 8 de março de 2021.

Cristiano Barros Reis

Assessor Jurídico de Licitações e Contratos

Portaria TRT/GP n. 8/2020

1. Documento: 35898-2019-441

1.1. Dados do Protocolo

Número: 35898/2019

Situação: Ativo

Tipo Documento: Pregão Eletrônico

Assunto: Licitação

Unidade Protocoladora: SAJ - SECAO DE APOIO JURIDICO

Data de Entrada: 24/10/2019

Localização Atual: SELC - SECRETARIA DE LICITACOES E CONTRATOS

Cadastrado pelo usuário: FRANCIAR

Data de Inclusão: 09/03/2021 12:43

Descrição: PE23/2019- Serviços continuados de limpeza, conservação, copeiragem e apoio operacional.

1.2. Dados do Documento

Número: 35898-2019-441

Nome: e-PAD 35.898-2020 - DG - homologação parcial - Lotes 01 e 04 - terceirização.pdf

Incluído Por: ASSESSORIA JURIDICA DE LICITACOES E CONTRATOS

Cadastrado pelo Usuário: SANDRAPM

Data de Inclusão: 08/03/2021 18:23

Descrição: Proposição DG

1.3. Assinaturas no documento

| Assinador/Autenticador | Tipo | Data |
|------------------------|---------------|------------------|
| SANDRA PIMENTEL MENDES | Login e Senha | 08/03/2021 18:23 |

Documento Gerado em 09/03/2021 17:21:31

As informações acima não garantem, por si, a validade da assinatura e a integridade do conteúdo dos documentos aqui relacionados. Para tanto, acesse a opção de Validação de Documentos no sistema e-PAD.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria-Geral

e-PAD: 35.898/2019.

Ref.: Pregão Eletrônico n. 23/2019. Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, copeiragem e apoio operacional nas dependências do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, localizadas na Capital e no Interior do Estado de Minas Gerais, em modelo de contrato por desempenho/resultado, com fornecimento de uniformes, materiais de limpeza e equipamentos de proteção individual (EPIs).

Assunto: Recursos Administrativos hierárquicos interpostos pelas empresas *Santa Fé Serviços Eireli* e *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli* em face da decisão da Pregoeira que declarou vencedora do Lote n. 4 a empresa *Soluções Serviços Terceirizados*. Ratificação da decisão. Adjudicação. Homologação do certame em relação aos Lotes n. 1 e n. 4. **Encaminhamento ao Exmo. Sr. Desembargador Presidente.**

VISTO.

Considerando o parecer da Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos desta Diretoria-Geral, submeto a matéria à consideração do Exmo. Desembargador Presidente, propondo:

a) a **ratificação** da decisão da Pregoeira que adjudicou o objeto licitado - Lote n. 1 à empresa *Direcional Gestão de Serviços Eireli*, pelo valor **anual** de R\$ 2.525.691,00 (dois milhões, quinhentos e vinte e cinco mil e seiscentos e noventa e um reais).

b) a **ratificação** da decisão da Pregoeira que conheceu e negou provimento aos Recursos interpostos pelas empresas *Santa Fé Serviços Eireli* e *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli*;

c) a **adjudicação** do objeto licitado - Lote n. 4 à empresa *Soluções Serviços Terceirizados* pelo valor **anual** de R\$ 10.787.738,04 (dez milhões, setecentos e oitenta e sete mil, setecentos e trinta e oito reais e quatro centavos);

d) a **homologação** do Pregão Eletrônico n. 23/2019;

e) a **autorização** para emissão das respectivas notas de empenho;

f) o **encaminhamento** dos autos à SELC para lançamento do ato no sistema eletrônico conveniado e adoção das demais providências



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria-Geral

pertinentes, nos termos da Lei n. 8.666/1993 (art. 43, VI) e do Decreto n. 5.450/2005 (art. 27).

Belo Horizonte, data da assinatura eletrônica.

Sandra Pimentel Mendes
Diretora-Geral

1. Documento: 35898-2019-442

1.1. Dados do Protocolo

Número: 35898/2019

Situação: Ativo

Tipo Documento: Pregão Eletrônico

Assunto: Licitação

Unidade Protocoladora: SAJ - SECAO DE APOIO JURIDICO

Data de Entrada: 24/10/2019

Localização Atual: SELC - SECRETARIA DE LICITACOES E CONTRATOS

Cadastrado pelo usuário: FRANCIAR

Data de Inclusão: 09/03/2021 12:43

Descrição: PE23/2019- Serviços continuados de limpeza, conservação, copeiragem e apoio operacional.

1.2. Dados do Documento

Número: 35898-2019-442

Nome: e-PAD 35.898-2020 - Pres - homologação parcial - Lotes 01 e 04 - terceirização.pdf

Incluído Por: ASSESSORIA JURIDICA DE LICITACOES E CONTRATOS

Cadastrado pelo Usuário: JMURILOM

Data de Inclusão: 09/03/2021 09:58

Descrição: Decisão Presidência

1.3. Assinaturas no documento

| Assinador/Autenticador | Tipo | Data |
|------------------------|---------------|------------------|
| JOSE MURILO DE MORAIS | Login e Senha | 09/03/2021 09:58 |

Documento Gerado em 09/03/2021 17:21:35

As informações acima não garantem, por si, a validade da assinatura e a integridade do conteúdo dos documentos aqui relacionados. Para tanto, acesse a opção de Validação de Documentos no sistema e-PAD.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

e-PAD: 35.898/2019.

Ref.: Pregão Eletrônico n. 23/2019. Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, copeiragem e apoio operacional nas dependências do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, localizadas na Capital e no Interior do Estado de Minas Gerais, em modelo de contrato por desempenho/resultado, com fornecimento de uniformes, materiais de limpeza e equipamentos de proteção individual (EPIs).

Assunto: Recursos Administrativos hierárquicos interpostos pelas empresas *Santa Fé Serviços Eireli* e *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli* em face da decisão da Pregoeira que declarou vencedora do Lote n. 4 a empresa *Soluções Serviços Terceirizados*. Ratificação da decisão. Adjudicação. Homologação do certame em relação aos Lotes n. 1 e n. 4. **Decisão.**

VISTO.

Considerando a propositura de homologação da Secretaria de Licitações e Contratos (doc. n. 35898-2019-439) e o parecer exarado pela Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos da Diretoria-Geral, **ratifico** a decisão da Pregoeira que adjudicou o objeto licitado - Lote n. 1 à empresa *Direcional Gestão de Serviços Eireli*, pelo valor anual de R\$ 2.525.691,00 (dois milhões, quinhentos e vinte e cinco mil e seiscentos e noventa e um reais).

Ademais, **ratifico** a decisão da Pregoeira que conheceu e negou provimento aos Recursos interpostos pelas empresas *Santa Fé Serviços Eireli* e *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli* e **adjudico** o objeto licitado relativo ao Lote n. 4 à empresa *Soluções Serviços Terceirizados* pelo valor anual de R\$ 10.787.738,04 (dez milhões, setecentos e oitenta e sete mil, setecentos e trinta e oito reais e quatro centavos);

Homologo o Pregão Eletrônico n. 23/2019 e **encaminho** os autos à SELC/Pregoeira para lançamento do ato no sistema eletrônico conveniado e adoção das demais providências pertinentes, nos termos da Lei n. 8.666/1993 (art. 43, VI) e do Decreto n. 5.450/2005 (art. 27).

Autorizo o empenho das despesas para fazer face às contratações

Belo Horizonte, data da assinatura eletrônica.

José Murilo de Moraes
Desembargador Presidente